



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTONIO MICAEL PONTES DA SILVA

**ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS: PERCURSOS JUVENIS E OS EFEITOS
SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE PALMÁCIA, CEARÁ.**

FORTALEZA

2022

ANTONIO MICAEL PONTES DA SILVA

ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS: PERCURSOS JUVENIS E OS EFEITOS
SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE PALMÁCIA, CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578e Silva, Antonio Micael Pontes da.
Entre ruas, becos e vielas : percursos juvenis e os efeitos sociais da violência na cidade de Palmácia, Ceará / Antonio Micael Pontes da Silva. – 2022.
92 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino.
1. juventudes. 2. violência. 3. urbano. 4. rural. 5. disseminação e interiorização da violência. I. Título.

CDD 301

ANTONIO MICAEL PONTES DA SILVA

ENTRE RUAS, BECOS E VIELAS: PERCURSOS JUVENIS E OS EFEITOS
SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE PALMÁCIA, CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia e Antropologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino.

Aprovado em 31 / 10 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jânia Perla Diógenes de Aquino (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Fabio Silva Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Iraci Barbara Vieira Andrade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

“[...] writing is a gesture of the body, a gesture of creativity, a working from the inside out”. [escrever é um gesto do corpo, um gesto de criatividade, um trabalho de dentro para fora].

Gloria Anzaldúa

AGRADECIMENTO

À Família Pontes, que com constantes doses de arte instiga fazer da vida uma poética dançante: a Rosali Pontes (mãe e artesã), o José Adilton do Nascimento (cordelista), o Michel Pontes (artística plástico) e aos gêmeos que desenham a vida com lápis, telas e fios em movimento, Erivelton Pontes e Erielton Pontes.

A outras construções de Família que se faz no decorrer da vida com as irmãs-amigas Léllian Thanara, Mikaely Lima e Maynara Sousa, e ao irmão-amigo e companheiro de aventuras, Vinícius Inacio.

As companheiras de trabalho e peripécias, Camila França e Camila Varela.

Ao amigo de conversações filosóficas, antropológicos e sociológicas, Ailton Lima e Fábio Macedo.

Aos profissionais da rede educacional estadual e municipal, profissionais da saúde, em especial, a Edileusa Inácio, o produtor cultural, Tailan Calu, e os profissionais da Assistência e Proteção Social, Liliane Costa, Luana Lustosa, Maciano Castro, Cabrimia Soares (a Fofa) e Bethy.

Aos poetas que manguem nos interiores da existência marginal, Guilherme Freitas Wilker e Jardeson Meneses.

As interlocutoras-chaves da pesquisa, que com muita camaradagem se tornaram amigas que transcendem a pesquisa. E a galera juvenil palmaciana que com entusiasmo e rebeldia escreve suas existências nômades e antropofágicas dos *rolés* e zoeiras.

A gentileza, sensibilidade e destreza da orientadora Prof^a Dr.^a Jânia Perla Diógenes de Aquino pelo zelo, carinho, empatia e por me possibilitar navegar e resistir no mundo possível.

Aos membros da banca examinadora, a Prof^a Dr.^a Iraci Barbara Vieira Andrade e o Prof. Dr. Luiz Fabio Silva Paiva, também pela gentileza e indicações de leituras.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPS).

As juventudes negras, do interior do Estado, das zonas rurais, de filhos de agricultores e domésticas, das periferias e LGBTQIA+, e que faço parte, exclamo: as nossas formas de vida são (re)existência!

A vida, com fé, esperança, amor... com Deus.

Gratidão!

RESUMO

O presente trabalho se tece a partir de incursões etnográficas tomando como fio adutor os percursos das juventudes da cidade de Palmácia, localizada na microrregião do Maciço de Baturité, no Ceará, levando em consideração os processos de acumulação social da violência (MISSE, 2008) na própria região, correlacionadas com as transformações dos indicadores de violência. A partir de uma perspectiva multilocalizada, os compassos do drama social da pesquisa se debruçam no fazer etnográfico nas ruas, nos becos e nas vielas da cidade, com o objetivo de analisar os efeitos sociais da violência (PAIVA, 2019) que afetam as cotidianidades das juventudes no campo urbano e rural. Nesse trajeto nota-se, sobretudo no âmbito das práticas, da subjetividade e dos aspectos performativos e culturais, a intensificação do sofrimento, das desigualdades e exclusões sociais e as sensações de insegurança; e em contrapartida, observa-se outras formas de sociabilidade, que assumem configurações de pertencimento e resistência frente às problemáticas da violência em contextos periféricos da cidade. Esta incursão é um esboço que conduz a múltiplos olhares sobre os contextos existenciais das juventudes e as implicações dos efeitos sociais da violência que os afetam, e que, paulatinamente, modifica as dinâmicas das relações sociais numa cidade interiorana que se configura urbana e rural, especificamente quando há um processo de disseminação e “interiorização” da violência, da criminalização de suas práticas e o aumento exponencial de extermínio das juventudes negra e periférica.

Palavras-chaves: juventudes; violência; urbano; rural; disseminação e interiorização da violência.

ABSTRACT

The present work is weaved from ethnographic incursions taking as a thread the paths of youths in the city of Palmacia, located in the Maciço de Baturité micro-region, in Ceará, taking into account the processes of social accumulation of violence (MISSE, 2008) in the region itself, correlated with changes in violence indicators. From a multi-localized perspective, the measures of the social drama of the research focus on the ethnographic work in the streets, alleys and alleys of the city, with the objective of analyzing the social effects of violence (PAIVA, 2019) that affect the daily lives of women. youth in urban and rural areas. In this path, especially in terms of practices, subjectivity and performative and cultural aspects, it is noted the intensification of suffering, social inequalities and exclusions and feelings of insecurity; on the other hand, other forms of sociability are observed, which assume configurations of belonging and resistance in the face of problems of violence in peripheral contexts of the city. This incursion is a sketch that leads to multiple views on the existential contexts of youths and the implications of the social effects of violence that affect them, and that, gradually, modifies the dynamics of social relations in an interior city that is configured as urban and rural, specifically when there is a process of dissemination and “internalization” of violence, the criminalization of its practices and the exponential increase in the extermination of black and peripheral youth.

Keywords: youth; violence; urban; rural; dissemination and internalization of violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Imagem 1 – Pedra do Bacamarte..... | 20 |
| Imagem 2 – Centro Urbano de Palmácia | 20 |
| Imagem 3 – Cachoeira do Chuvisco, localizada no distrito Gado dos Ferros | 20 |
| Imagem 4 – Conjunto José Aristides | 23 |
| Imagem 5 – Acesso à comunidade José Conjunto Aristides via na barragem do Açude do Campelo | 23 |
| Imagem 6 – Praça 7 de Setembro..... | 52 |
| Imagem 7 – Outro ângulo da Praça 7 de Setembro | 52 |
| Imagem 8 – Pichação numa casa abandonada na Av. Jerusalém, na divisa das comunidades Conjunto Aristides e Caboclos, em Palmácia | 55 |
| Imagem 9 – “Se roba nas arias vai pro saco!” Grafia no muro na Rua José de Lima Luz, no Centro urbano de Palmácia | 55 |
| Imagem 10 – Viela de barro que dá acesso à comunidade rural Caboclos | 58 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Mortalidades por Causas Externas do Maciço de Baturité, 1996-2020 .. | 33 |
| Gráfico 2 – Homicídios por Armas de Fogo do Maciço de Baturité, 1996-2020 | 34 |

LISTA DE FIGURA E MAPA

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Maciço de Baturité - Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE) | 20 |
| Mapa 1 – Mapa Básico Municipal de Palmácia - Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE)..... | 22 |

LISTA DE TABELA

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Registros de casos de violência em Palmácia, noticiadas pelos jornais G1, Diário do Nordeste e O Povo. Ano: 2010-2019 | 40 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|--|
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| CV | Comando Vermelho |
| GDE | Guardiões do Estado |
| PCC | Primeiro Comando da Capital |
| PM | Polícia Militar |
| PV | Polícia Civil |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| | No talhar da noite | 14 |
| | Seara da pesquisa: conflitos sociais, criminalidades e violências | 17 |
| | Cenários e participantes entre ruas, becos e vielas | 18 |
| | Abordagens e desdobramentos metodológicos e suas incursões | 27 |
| 2 | CAPÍTULO 1: AS TRAMAS DIFUSAS E OCULTAS DA VIOLÊNCIA: MEDO, SOFRIMENTO E (IN)SEGURANÇA | 31 |
| 2.1 | Esboço dos processos de disseminação e “interiorização” da violência | 31 |
| 2.2 | A cidade entrecortada por conflitualidades, mazelas e desigualdades sociais | 37 |
| 3 | CAPÍTULO 2: SOCIALIZAÇÃO PELA VIOLÊNCIA NAS INTERZONAS ENTRE O URBANO E O RURAL | 45 |
| 3.1 | Na divisa da rua | 45 |
| 3.2 | As teias que tecem a tramas de morte da vida juvenil | 47 |
| 3.2 | Sociabilidades periféricas atravessadas pelas violências | 50 |
| 4 | CAPÍTULO 3: NA OUTRA MARGEM DA RUA: MARGINAIS, DELINQUENTES E DESVIANTES | 60 |
| 4.1 | Tessituras de um campo em conflito | 60 |
| 4.2 | O corpo à beira da existência: discriminação, estigmatização e exclusão | 63 |
| 4.3 | Nuances do campo: traçando truques | 68 |
| 4.3.1 | <i>Outros percursos das juventudes em/na rede: ensaios entre mundos digitais e práticas marginais de resistência nas vielas</i> | 71 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 76 |
| | REFERÊNCIAS | 81 |

INTRODUÇÃO.

No talhar da noite.

Este caso episódico de violência letal ocorreu no primeiro semestre de 2018, na comunidade Conjunto José Aristides, localizada na zona urbana de Palmácia, Ceará¹.

Pairava na comunidade Conjunto José Aristides um silêncio fúnebre. O céu anunciava o anoitecer e o talhar do vento nos arbustos murmurava o advento inesperado de um caso que poucos moradores conseguiram distinguir de imediato. O cintilar de pneus rasgando o solo de barro vermelho não fez sequer os residentes, resguardados nos casebres, pressentirem o que se aproximava. Se tampouco os guarda-costas caninos, em sua maioria, da raça vira-lata, não denunciaram as rajadas das motos, não haveria aproximação de nenhum perigo. O silêncio que antes parecia cobrir o véu imaginário de uma cidade boêmia situada no interior do Ceará, fora interrompido por densos sons de balas provindas de arma de fogo que depressa fez urgir das casas berros de pavor. Os sussurros de canais televisivo foram rapidamente desligados nas casas, e o mesmo se aplicou ao fechar das luzes escandentes. Iniciou-se os latidos.

Os olhares trêmulos pelas venezianas e brechas nas janelas e portas demonstram que as figuras que chegaram de moto, e que agora se remexiam atenuadamente pela luz amarelada dos postes, traziam armas em punho. Enquanto os seus rostos encobertos limitavam qualquer codificação. A jorrada de balas foi acompanhada por vozes que exclamavam que ninguém saísse de casa, permanecendo sob a névoa do medo.

A cada estrondo de arrombamento, o corpo se cerrava. Naquele momento já se sabia que alguns conseguiram fugir mata adentro, via o sítio Torre da Lua. Talvez os “fugitivos” fossem aqueles em que os encapuzados estavam à procura. O

¹ Por se tratar de um caso que se encontra em trâmite de investigação e que envolve indivíduos em proteção, optou-se em utilizar outros nomes, preservando a identidade e integridade dos(as) envolvidos(as).

arrombamento cessou. Ouvia-se apenas uma tensa lamentação de fúria devido a fuga súbita dos que estavam marcados para morrer.

Sobressaltados e dilacerados pela angústia, medo e desespero que se instalaram com a chegada dos encapuzados, ouvia-se os gritos do jovem Marcos [nome fictício] que fora tirado da sua casa e arremessado na rua. Os berros da sua mãe foram atravancados pelas mãos dos encapuzados, impedindo-a de salvar em seus braços o filho. Marcos parecia dizer que não sabia do parentesco dos que conseguiram fugir. E tampouco falou com veemência para onde tinham ido. Ninguém sabia ao certo. E, ao mesmo tempo, seu bramido implorando pela vida penetrava as veias da comunidade. Um ruído adentrou todo o corpo da comunidade. O engasgo na garganta logo deu lugar a gritos abafados. O ruído era mecânico. De bala. Sua árida direção cortará os fios que movem a existência negra, agora negada de viver...

Mais uma morte... de um jovem negro... a morte de Marcos.

“Ela [a mãe do Marcos]² foi de joelhos e implorando e gritando que não mate seu filho. Mas não teve jeito. A gente não sabe por qual motivo. Mas executaram o rapaz na frente da própria mãe”, relata a moradora Estefânia [nome fictício], que com olhar frouxo pelas venezianas observou os barulhos e a cena de morte, enquanto outros membros da sua família permaneciam agachados no chão frígido da sua casa. Esta moradora descreve que só conseguirá sair de casa após ouvir as rajadas de motos “mata à dentro”, pelas vielas da cidade.

Depois da bala perfurar o corpo de Marcos e da comunidade, a cena febril logo consumiu os que foram expulsos de suas casas a cada arrombamento. Reféns ao temor, os cidadãos permaneceram anestesiados, enquanto escutavam as estriadas de as motos saírem de suas visões e adentrar em outras ruas demarcando seu poderio e dominação. Os que rescindiram a tranquilidade da comunidade foram à procura dos “fugitivos” ladeira a baixo.

Após longos minutos aqueles que não tiveram suas casas arrombadas conseguiram entreabrir suas portas e, em passos curtos, saíram quase cambaleantes. A madrugada foi de fortes convulsões. Ouvia-se vultos de ladainhas e o anelar trêmulo

² Reforço que os usos de colchete no decorrer do texto se referem ao grifo utilizado por mim. Sinaliza, contextualiza e explica algumas situações apresentadas.

do pânico. O choro das mães. Somente pelo amanhecer pode-se enxergar outros zigue-zagues de luzes vermelhas apregoando a chegada da polícia. Marcos já tinha sido levado pelo rabeção – expressão nativa de caráter fúnebre dada ao transporte do Instituto Médico Legal (IML), responsável pela locomoção de corpos para fins de laudos cadavéricos e necropsias.

Poucos ousaram preambular sobre o assunto. O sinal feito pelos encapuzados já tinha embrenhado todos os órgãos da comunidade: ninguém poderia morar ali e tampouco dar muitas informações sobre o ocorrido. Era arriscado. Aos que permaneceram na comunidade, descrentes de qualquer simetria de justiça social, vivenciou a sufocante dor do lar tornar-se cada vez mais estigmatizado e rodeado por uma sensação de medo, insegurança e impunidade.

Os que moravam próximo ao Conjunto José Aristides, por exemplo, nas divisas das ruas da comunidade Vinte e Oito de Agosto (conhecido popularmente como Caneco Amassado, ou o Caneco), dizem que em algumas noites se escutava tiros e o “andar de outras pessoas desconhecidas”, expõe a técnica de enfermagem Edileusa Inácio [consentiu que usasse seu nome e sobrenome], que atua também como doula e líder comunitária em Palmácia há mais de 20 anos. Uma agente social assídua no combate à pobreza, na busca de resolução de conflitos e na promoção da equidade social nas comunidades urbanas e rurais da cidade. O Conjunto tornou-se fantasmagórico e vazio, fazendo com que todos fossem embora. “Num canto que morava aproximadamente 500 pessoas, ficou zerado, sem ninguém”, relata, por fim, a Edileusa Inacio.

Ao caminhar pelas ruas da cidade e por uma estrada pavimentada por pedregulhos, sendo guiado por uma das interlocutores-chaves da pesquisa, a Mariana [outro nome fictício], 17 anos, moradora da comunidade rural Caboclos, consto esta visão de esvaziamento do Conjunto José Aristides. Saliento que Mariana por se tratar de uma jovem menor de idade e moradora de um espaço situado por disputas e fugas de organizações criminais, popularmente conhecida como “facção” (PAIVA, 2019), é recomendado que a sua identidade seja reservada.

De vez em quando me deparo com longínquos feixes de luzes e também a silhueta de corpos, fileiras de roupas estendidas e músicas provindas de rádios no Conjunto José Aristides. Ao olhar por meio de cercas feitas de estacas de madeiras e

arames farpados enferrujados que separa o acesso à comunidade existe, mesmo de maneira esporádica, vaporosos retornos de alguns membros de famílias habitando a referida comunidade.

Seara da pesquisa: conflitos sociais, criminalidades e violências.

Este caso episódico e outros que serão apresentados também afetou diferentes comunidades da cidade, especificamente em espaços de exclusão social, e que os indivíduos são, majoritariamente, pretos e pardos, assim, expondo a desigualdade racial e suas consequências na formação das subjetividades e da identidade negra (NASCIMENTO, 1978; PINTO; FERREIRA, 2014; ZAMORA, 2012) da própria região. Como já tinha dito, os sinais feito pelos encapuzados, que delimita uma parte dos estigmas sociais de uma cidade que não apresentava altos índices de crueldade e violência letal, já tinha penetrado as veias de Palmácia. Consoante Mbembe (2017), colocando a vida negra sob a ótica da morte.

Os casos não se restringem a um acontecimento disjunto, e tampouco devem partir de uma análise da violência como um evento isolado, mas sim, como um fenômeno multifacetado (DIÓGENES, 1998) e difuso (BARREIRA, 2013; SANTOS, 2004), levando em consideração processos de acumulação social da violência (MISSE, 2008) e sua disseminação, deslocando-se de um Estado para o outro, e de interiorização, em que a deslocalização percorreu locais “menos urbanizados” dentro dos Estados (WAISELFISZ, 2012; NSOESIE et al., 2020; SILVA, 2015), tendo como principal vítima o perfil das juventudes em condição de vulnerabilidade e risco social, especificamente em ambientes periféricos. Observa-se o silenciamento e a criminalização de suas práticas, que altera o modo como se dá sentido e significado a suas existências, e que, infelizmente, repercute nos números de homicídios. De acordo, por exemplo, com o Atlas da Violência 2020, mais 53% do total de homicídios no país corresponde aos jovens de 15 a 29 anos, totalizando 30.873 vítimas no ano de 2018. Esta configuração letífera também aparece de forma acentuada nos indicadores da violência no Ceará. Consoante o relatório Trajetórias Interrompidas (2017), do Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, os

jovens que mais morrem no Estado são negros, favelados e que possuem baixa escolaridade.

Coloca-se em pauta uma problemática: como o fenômeno da disseminação e “interiorização” da violência e da criminalidade, relacionada com a acumulação social da violência na região, afeta e modifica as práticas juvenis, e que repercute nos indicadores da violência, especificamente de aspecto letal? Esta questão instiga e direciona a pesquisa a compreender estas modificações na vida social ao tomar como objetivo analisar os efeitos sociais da violência que afetam as juventudes na cidade. E quais os desafios de se compreender o fenômeno da violência, suas interfaces e tensões, sobretudo quando os indicadores não se limitam aos contextos das regiões metropolitanas, mas repercute em cidades com as taxas populacionais menor que cem mil habitantes (VASCONCELOS; SILVA; LOPES, 2022), denominados de municípios de pequeno e médio porte.

No esforço analítico de buscar conexões sobre esta discussão, e com recorte em cidade de pequeno porte – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), regiões com aglomerados urbanos e rurais com contingência de até 25 mil habitantes, bem como características contextuais do sistema socioeconômico, tais como a agricultura e pecuária, e suas interconexões e transformações nos processos sociais –, no caso de Palmácia, com estimativa maior que 12 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE, coloca em análise as implicações da mortalidade e criminalidade violenta que afeta e modifica as dinâmicas das relações sociais numa cidade interiorana e que causa mortificação, fragmentação, estigmatização e criminalização das juventudes e o acresce extermínio de negros nas zonas periféricas.

Cenário e participantes entre ruas, becos e vielas.

Para quem ousa debruçar em conhecer as verdejantes serras que desenham Palmácia³ [mapa 1], deve-se lançar ao norte cearense, via CE-065, situada na

³ Enquanto divisão territorial, a cidade possui três distritos: Sede (zona urbana), Gados dos Ferros e Gados dos Rodrigues. A zona urbana é formada por onze bairros, respectivamente Bica, Centro, Conjunto Aristides, Caboclos, Rua da Paz, São Francisco, Conjunto São João, Vale das Goiabeiras, Vale das Palmeiras, Vila Campos e Vinte e Oito de Agosto. Há quarenta e oito comunidades rurais, que em ordem alfabética são: Água Verde, Antônio Marques, Arapuça, Araticum, Bacamarte, Baixa Funda,

microrregião do Maciço de Baturité⁴, aproximadamente a 80km de Fortaleza (e Região Metropolitana), no Ceará [figura 1]. O trajeto respinga contraentes da caatinga arbustiva que possui entretons de verde no inverno e da floresta tropical úmida, com máxima densidade de visualização ao percorrer pelas comunidades rurais Bú e Baixada. Ao fazer o trajeto no crepúsculo, o olhar é premiado pela silhueta das colinas e da Pedra do Bacamarte, um dos principais cartões postais e ponto turístico [imagens 1, 2 e 3].

Figura 1 – Maciço de Baturité - Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE).

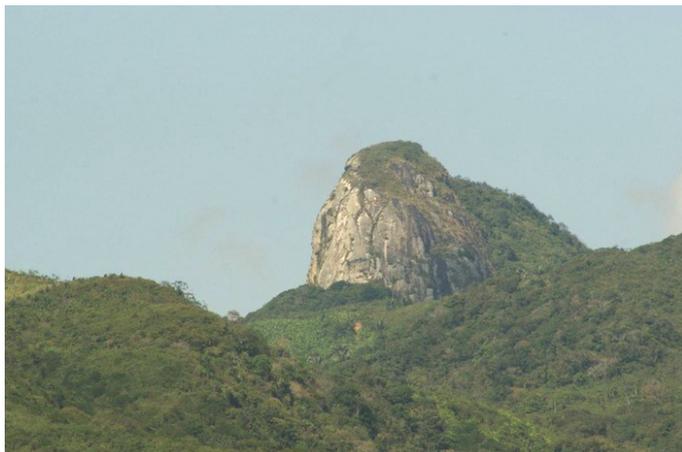


Fonte: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE) / Secretaria de Planejamento.

Baixio, Basílio, Bica, Boa Água, Boa Esperança, Boa Vista, Boqueirão, Botija, Bú, Buenos Aires, Buracão, Cafundó, Cana Brava, Cantinho, Cedro, Chapada dos Ribeiros, Irra de Baixo, Irra de Cima, Jandaíra, Japão, Juá, Limoeiro, Maracajá, Mata Fresca, Monte Claro, Munguba, Novo Basílio, Pilões, Pinheiro, Piracicaba/Cacimba das Cabras, Queimadas, Rochedo, Saco do Vento, Salgado, Santa Maria, Santo Antônio, São João, São Paulo, Serra Nova, Serra Verde, Serrinha e Timbaúba. Para ter outras informações sobre o município, acessar o *site* do Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE), disponível em < <https://www.ipece.ce.gov.br/> >.

⁴ Pertence à Mesorregião do Norte Cearense, ocupa uma área de 3.750,1 Km², ou 2,6% do território do Estado cearense. A Região é constituída por 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Imagem 1 – Pedra do Bacamarte.



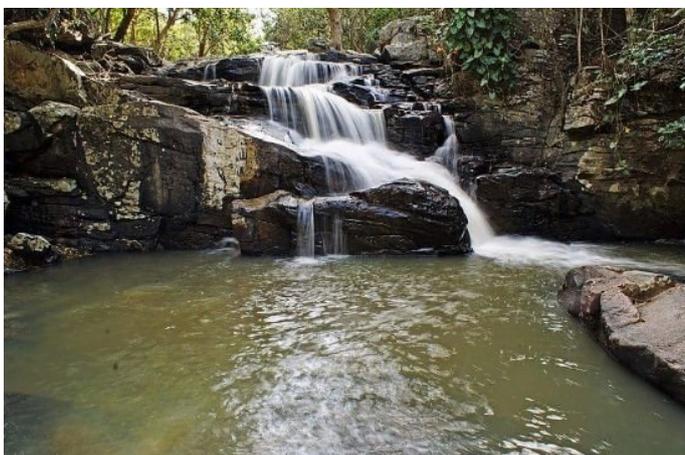
Fonte: acervo da internet.

Imagem 2 – Centro urbano de Palmácia.



Fonte: acervo da internet. Divulgação/Governo do Ceará.

Imagem 3 – Cachoeira do Chuvisco, localizada no distrito Gado dos Ferros, Palmácia.



Fonte: acervo da internet.

Sobe-se as serras e montanhas por uma estrada íngreme e repleta de ziguezagues. Aqui e acolá, o cantarolar dos córregos seguindo seu fluxo até desaguar nos açudes da Água Verde e da Piracicaba, e o bailar dos pássaros e das árvores, molda uma paisagem num tom campestre e frígido. Aos poucos o espaço rural vai ganhando outra forma e mais orgânica quando se complexifica as relações de trabalho e aumenta a circulação de pessoas, a presença de edifícios, de comércios e de automóveis, formando um emaranhado de enredos nas ruas, nos becos e nas vielas de barro ou de calçamento pedregoso da cidade, contrastando com o rural.

O amontoado de moradias e os embaraçosos fios dos postes elétricos entrecortando o céu formam um desenho entre o urbano e rural, estabelecido por um sistema socioeconômico, predominantemente agrícola e pecuário, mesmo com foco de pequenos empreendimentos comerciais de varejo e venda de guarnições, com aguda aparição do *marketing* digital na cotidianidade na cidade.

Nota-se este contraste ao tomar como base a formação da comunidade de Conjunto José Aristides. O referido conjunto é amparado no repertório de política habitacional para famílias que se encontravam em vulnerabilidade social e/ou condição de pobreza e extrema pobreza, desabrigadas/desalojadas ou em casas feitas de *pau a pique* (também conhecida como *taipa de mão*). A mesma é cortada por pequenos córregos, expandindo-se por vielas, becos e estradas de barro vermelho. Não há saneamento básico e fica em torno de um íngreme morro que se encerra na barragem do Açude do Campelo [imagem 4 e 5]. Ao Leste, o bairro Vinte e Oito de Agosto e, ao norte, o Caboclos e o sítio Torre da Lua (um dos principais pontos turísticos de Palmácia).

A cidade parece apresentar-se serena e por meio de uma narrativa idílica e de forte apelo romântico evidenciada pela grafia saudosista do escritor local José Herminio Muniz (2010; 2002; 1999), ao retratar a cidade através de contos e parábolas e de suas próprias experiências vivenciadas no passado.

Mapa 1 - Mapa Básico Municipal de Palmácia - Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE).

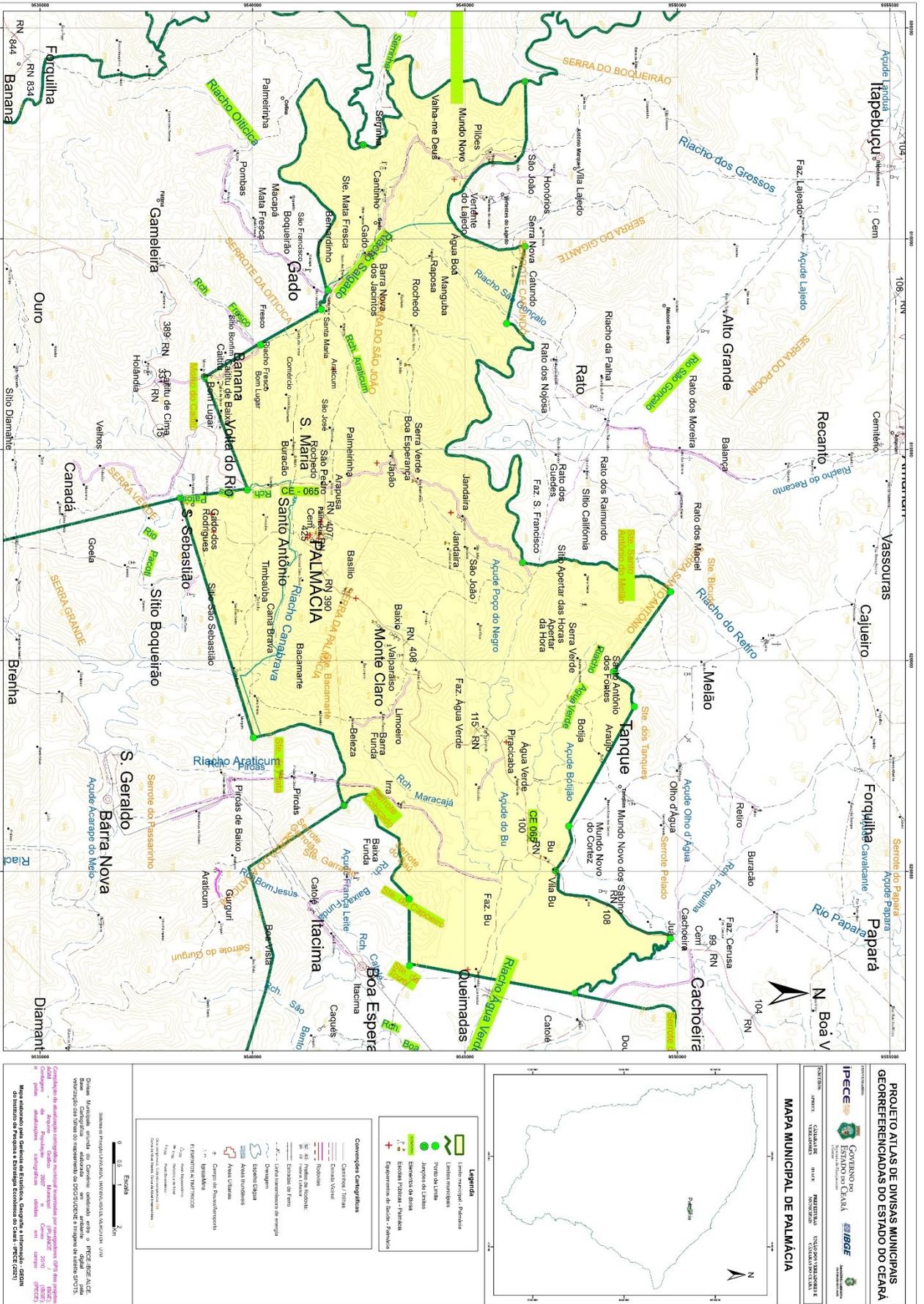
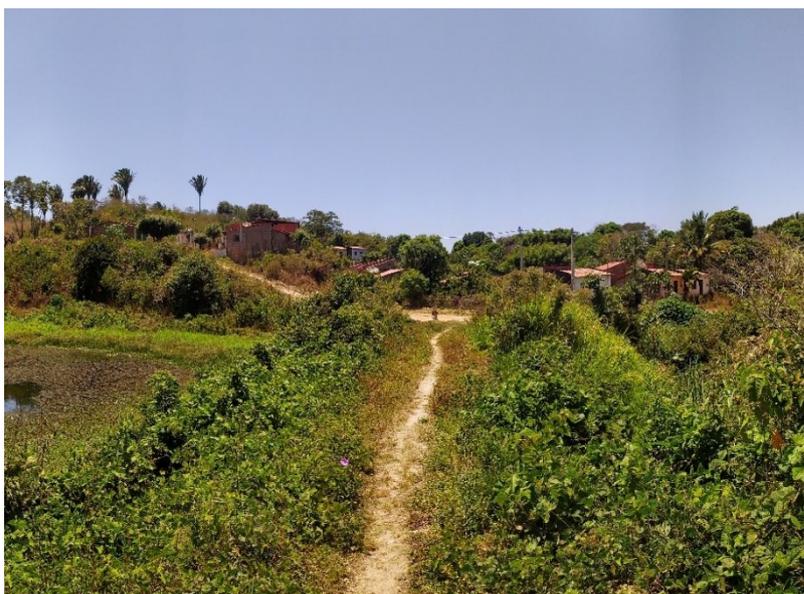


Imagem 4 – Comunidade José Conjunto Aristides.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2022.

Imagem 5 – Acesso à comunidade José Conjunto Aristides via na barragem do Açude do Campelo.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2022.

Mas a cidade de Palmácia já apresentava acumulação social de violências, tal como Michel Misse (2008) exibiu as configurações do Rio de Janeiro e como esta acumulação é um processo social que dura cerca de meio século no Brasil. Observa-se esta acumulação no aspecto sócio-histórico da formação da cidade que ficou marcada com conflitos agrários anteriores ao processo de emancipação do município em 1957, com o comparecimento de jagunços ou capangas para resolução de

conflitos territoriais nas redondezas (HOLANDA, 2012). E que, posteriormente, suas atuações foram se renomeando, usando novas táticas e tornam-se responsáveis para resolver litígios entre famílias e disputas locais pela representação política, na maioria das vezes, de maneira sigilosa, ou quando o próprio membro de uma família torna escancarado a violência para evidenciar e manter seu poder, sem a forte ação dos agentes do Estado, porque o mesmo “[...] nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos.” (MISSE, 2008, p. 374). Este aspecto sócio-histórico, comumente em quase todo o território brasileiro, salienta Misse (2008), fomentou o medo como operador político de violência e controle social, a construção de bolsões de pobreza, conflitos interpessoais, pequenos furtos e brigas entre microgrupos que proviam desses espaços periféricos e estigmatizados.

Em meados dos anos 2000, já ocorriam brigas e rixas de microgrupos rivais que se alojaram em outros bairros de Palmácia, conhecidos popularmente como Pinga (a vasta comunidade Rua da Paz), Rua da Palha ou Palha (Rua São Francisco, e que se expande até as comunidades Conjunto São João e Beira Sol) e Vinte e Oito de Agosto (o Caneco Amassado), não sendo possível datar com precisão o ápice das suas atuações, mas assemelha-se às práticas de gangues em Fortaleza (DIÓGENES, 1998), e que, posteriormente, esta dinâmica se alterou nestes espaços com a ausência e precarização de políticas públicas de saneamento básico, de integração da saúde, educação e cultura; e, também, com a aguda presença do tráfico de drogas e armas de fogo e “chegada” de organizações criminais a partir de 2016, designadas de facções, em destaque o Comando Vermelho (CV) e os Guardiões do Estado (GDE), que aparece na cena cearense como um período paradoxal por decorrer do fenômeno ambíguo da “pacificação”, que, segundo Paiva (2019), decorre da diminuição sistêmica de crimes de homicídio e o aparecimento da tortura como meio de controle social, como nos casos de um homem que foi encontrado morto com cadeado na boca em Palmácia, em 2016, e uma chacina marcada por 5 mortes, na localidade rural Cafundó, situada na referida cidade, no ano de 2018 [ler capítulo 1].

No ano seguinte a “pacificação” se encerra, estilhaçando-se e marcando de maneira turbulenta, que para Paiva (2019, p. 176) resulta no “[...] maior conflito armado vivido no Estado do Ceará, repercutindo em 5.134 crimes violentos, letais e intencionais ocorridos no ano de 2017 [...]”. Disputas entre organizações criminais se

tornam frequentes no território cearense. Os atos de crueldade se minam na busca de expandir e manter as suas formas de controle e o poder local, em que o público mais fácil de recrutar e colocar na linha de frente são os jovens pois “[...] estão passando uma fase de transformações e mudanças, e naturalmente é uma faixa etária de fragilidades emocionais, identidades e vínculos familiares”, salienta uma psicóloga que trabalha no município.

Nesta etapa de intensa formação da personalidade como parte da identidade em que se busca um lugar para afirmar sua existência, a chegada veloz e massiva de armas de fogo torna-se um balizador de relações e objeto de desejo, fascínio e êxtase, em que se cria laços de identificação e amor com a organização criminal, e, ao mesmo tempo, garante acessar bens materiais e simbólicos em que a governança criminal faz, consoante Paiva (2019, p. 180), “[...] exercer poder de governo na vida de pessoas agenciadas, como objetos de interesse e manifestação da crueldade dos integrantes das facções.” Para Paiva (2019), ocorre processos de socialização pela violência porque essas novas lógicas e rotas de vida, que são resultantes de “maneira de fazer”⁵, desse modo se produz mudanças mediante novas sociabilidades, práticas e envolvimento com as organizações criminais em que as disputas conferidas entre CV e GDE em Palmácia é justificada, por alguns jovens batizados (afiliados a facção), para defender a noção de lugar, as identidades, os sentidos de pertença e a autoridade. Garantir posições de prestígio e reconhecimento local.

Há, também, assaltos em agências bancárias e de correios, constituídas por complexas ações meticulosas de “quadrilhas” organizadas de assaltantes, tal como apontou Aquino (2010; 2015), com maior atuação nos anos de 2013-2014 na cidade. Soma-se a esta configuração, a ausência e debilidade de políticas públicas de proteção social, de enfrentamento às desigualdades e exclusões sociais, de garantia de direitos de famílias em condição de vulnerabilidade (na categoria pobreza e extrema pobreza), de espaços que promova processos de resolução de conflitos, combate às violências e a promoção e requalificação de equipamentos artísticos, culturais e de lazer.

E, além disso, há um conjunto de casos de negligência e impunidades no que se refere aos constantes eventos de racismo e violência doméstica e sexual contra

⁵ No sentido conferido por Michel de Certeau (1994) na obra *A invenção do cotidiano*.

mulheres, crianças e adolescentes, em grande maioria, silenciadas, ou as ocorrências não são notificadas por causa da precarização de instrumentais e das escassas articulações intersetoriais de órgãos municipais que garanta coletar a notificação das ocorrências para construção de ações preventivas e de políticas públicas mais efetivas, sem ocorrer interrupção devido as vítimas não darem continuidade, muitas vezes por se sentirem descrentes da eficácia das instituições de proteção social básica.

Ao tomar como recorte a microrregião do Maciço de Baturité, que além de possuir históricos de violências e criminalidades próprias do seu espaço, apresentou a partir de 2010 crescentes casos de mortalidade e criminalidade violenta, conforme dados coletados com base no DATASUS, referente aos anos de 1996-2020 [para mais detalhes ver os gráficos 1 e 2, no capítulo 1]. Reforço que a leitura dos dados estatísticos deve traçar linhas mais amplas de crítica e incentivar o debate e enfrentamento às formas de violência, bem como auxiliar à qualificação das informações para construção e potencialização de redes de políticas públicas voltadas para segurança pública, justiça social, educação, cultura e direitos humanos.

Estes fatores sociais elencados que se entrelaça com o caso episódico de Marcos, é uma síndrome que envolve circularidade causal acumulativa (MISSE, 2008, p. 379) – fatores sócio-históricos e de violências que se repetem –, que demonstra o frágil véu das relações e como a crueldade é um dos membros que compõem a violência homicida, e que o perfil mais vulnerável é a juventude em espaços periféricos. Sobretudo porque há, ressonante Barreira (2013, p. 239), um processo de criminalização das práticas sociais na qual a dimensão pragmática deste fenômeno é a criminalização de práticas juvenis.

O que era circunscrito às grandes metrópoles, interioriza-se, e de tal modo, afeta as dinâmicas sociais das cidades interioranas de pequeno porte e de configurações urbanas e rurais, neste caso, a cidade de Palmácia. E como seus efeitos sociais (PAIVA, 2019; 2017) intensifica o sofrimento, as desigualdades e exclusões sociais, produzindo uma economia simbólica de violências que causa impactos no desenvolvimento físico, emocional e social das juventudes, e o surgimento de outras formas de sociabilidades em ambientes de conflitos armados e a venda de drogas, promovendo sensações de insegurança e medo nas cotidianidades; e, também, outros sentidos de pertencimento e autoridade.

Marcos e dentre outros jovens massacrados pela mortalidade violenta em Palmácia, coloca em questão: como compreender o fenômeno da violência e seus efeitos sociais, especificamente quando não se limitam aos contextos das regiões metropolitanas, mas ecoa em processos de disseminação e “interiorização” numa cidade de pequeno porte que se configura como urbana e rural?

Abordagens e desdobramentos metodológicos e suas incursões.

Para se lançar cada vez mais nesta seara ao tomar como feitura um conjunto de incursões etnográficas (MAGNANI, 2007; ANTUNES, 2015; ALMEIDA, EUGENIO, 2006; URIARTE, 2012) em que a pesquisa é uma concha de retalhos (DIÓGENES, 1998), sistematizo o desenho da dissertação e sua motriz metodológica de abordagem qualitativa e etnográfica na seguinte maneira: no primeiro capítulo, a discussão fica em torno de um esboço sobre o fenômeno simultâneo da disseminação e “interiorização”, correlacionado com o processo de acumulação social da violência, e das redes e dinâmicas criminais em contextos urbanos e rurais, no intuito de ampliar o debate e de compreender como o medo, o sofrimento e a insegurança afeta as relações sociais dos cidadãos, principalmente das juventudes, e que os mesmos constituem partes das sombras difusas e ocultas da violência na cidade.

Enquanto no segundo capítulo analiso outros percursos a partir de dramas sociais que tecem os casos episódicos de violência letal contra as juventudes ao considerar processos de socialização atravessados pela violência, que se agencia não apenas por socialidades violenta e armada (SILVA, 2004), mas fortifica desigualdade e exclusão sociais em contextos que há atuação criminal, do armamento, do tráfico, da expansão do “batismo” e da performance dos algozes. Esta análise expõe uma fenda povoada de sensações desconfortantes e emblemáticas provindas de conversações e entrevistas semiestruturadas nas ruas, na praça, nas calçadas, nos becos e nos ambientes institucionais. Para Fernandes (2011), ao realizar extensos caminhos de pesquisa de campo, o ato de lembrar aciona imagens que o interlocutor preferiria ver apagadas. Ao descrevê-las tomo um caráter de recorte de imagens, e ao recontá-las, no âmbito da memória de conversações com os jovens, em especial com as interlocutores-chaves, a Mariana e a Jeovana Castro, e também

com entrevistas com professores, líderes comunitários, profissionais da saúde, assistentes sociais, arte-educadores, membros do conselho tutelar, agentes da segurança pública e gestores públicos, define-se a mesma postura que assume os contadores de histórias: conduzo-as como uma cena de um caso que representa partes das tramas sociais (MARQUES, 2002) que perpassam a vida juvenil.

Ressalto que devido ao contexto de agravamento da pandemia do novo coronavírus, a covid-19, as entrevistas se encerram, exigindo outros truques de pesquisa (BECKER, 2007). O retorno ocorreu no final do mês de outubro de 2020, voltando a paralisar mais uma vez por causa do aumento de casos noticiados diariamente pelos boletins epidemiológicos, sendo indispensável delinear e finalizar algumas entrevistas no segundo semestre de 2021, via *Google Meet*.

No terceiro capítulo, as incursões tomam uma outra função de tessitura, entrelaçada com as entrevistas e conversações. Parto de um estilo etnográfico em que não devo ficar preso apenas às amarradas de morte que atravessam as juventudes, porque faz com que navegue de modo unilateral, mas ater como as experiências e vivências em ambientes de violências vem transformando a sociabilidade juvenil, mudando seus atos, suas formas de ser e suas interações e percepções de mundo. O aumento exponencial dos indicadores, não podem se limitar ou serem explicadas somente pelo tráfico de drogas e também pela circulação de armas de fogo, pois, salienta Barreira (2019, p. 36), “[...] passa pelas desigualdades, pela forma de enfrentamento dos conflitos sociais e, mais, especificamente, por busca de resoluções de conflitos através de embates interpessoais.”. É necessário fazer navegações intensas e embrenhar-se nas rotas do inesperado, e percorrer caminhos com o corpo das juventudes. A categoria “marginal”, “moleque” e “delinquente” é atravessado e acaba definindo algumas práticas na cidade. E, também, como é agenciado e quais desvios são tomados para ressignificação das suas vidas, mesmo no campo digital (MILLER; SLATER, 2004) e de jogabilidades no *gamer Free Fire*. Observa-se outras formas de sociabilidade e interação, que assumem configurações de pertencimento e resistência frente às problemáticas da violência em contextos periféricos da cidade.

É imprescindível falar e sentir com suas existências e não somente com suas cicatrizes. Na poética de Guilherme Freitas Wilker (2020, p. 51), outro jovem interlocutor-chave que mora da comunidade rural Rochedo, ao publicar de forma

alternativa e autônoma seu primeiro livro de poesia intitulado “Os pássaros preferem liberdade – sobre risos, sorrisos, amores, dores e tu”, no ano de 2020, diz-se:

ser intenso não me dá medo

ser intenso já é ser muito corajoso

Nesse íterim, emerge um modo de ser intenso e uma postura inquietante de sentir-se dentro e não diante (LE BRETON, 2016), em que o *eu* corpo (o corpo do pesquisador), em *devir*, é afetado e dobra-se no espaço de si e com o outro para “sentir-fazendo” e “ouvir-olhando” (DIÓGENES, 1998, p. 89). Que é resultante de um referencial teórico-metodológico e prático que se alicerça numa destreza artesanal. De (re)criar linhas e cenários discursivos, críticos e reflexivos, pois “pensar é dobrar, é duplicar o fora com um dentro que lhe é coextensivo” (DELEUZE, 2005, p. 126). Esta intensidade compõe um bardo errante e inquietante. E aqui redescobri o meu modo de fazer pesquisa na condição de artista-cientista (NIBEST, 2000, p. 119), ou nas metamorfoses de artista-ensaísta, enunciado por George Simmel (NIBEST, 2000, p. 125). Pude (re)explorar os desafios da seara da pesquisa: quais riscos foram tomados e truques elaborados para atingir outros rumos e sentir-fazendo as densidades dos percursos etnográficos.

Aquino (2015), ao tomar como referência a noção de “risco elaborado para uma descrição densa” de Clifford Geertz, reforça que é necessário compreender os impasses e desdobramentos do fazer etnográfico, pois “qualquer etnografia, independente da temática, portanto, é perigosa, abundante em riscos epistemológicos, existenciais, interacionais, dentre outros.” (AQUINO, 2015, p. 206). São nos riscos que se encontra as riquezas e a construção de arremetes ao criar rodopios de uma destreza artesanal e intelectual. Este risco exige conexão e sincronia entre campo e pesquisador para sacar as nuances do campo das juventudes e da violência, e quais truques são tomados para captar estas nuances nas suas entrelinhas. E, ao mesmo tempo, fugir de uma postura teórica que o engessa e também paralisa o olhar e a prática do pesquisador. Principalmente quando este olhar e esta prática (escutar, observar, sentir, afetar e anotar) se alterou drasticamente por causa do novo coronavírus (a covid-19).

Para Mariana e Jeovana Castro, juntamente com andanças com outras juventudes da cidade, os mesmos desejam que falem com suas existências, e, principalmente, não reverbere tão-somente suas cicatrizes. É necessário traçar outras rotas – estas rotas seriam fugas que tomam como base as práticas juvenis e que assumem resistências frente às problemáticas da violência em contextos periféricos de Palmácia? – em que os jovens assassinatos faziam parte de uma rede de vínculos, interações e sociabilidades com diferentes juventudes, e que os traços em “comum” são os usos de espaços nas interzonas entre urbano e rural, público e o privado. Nas entrelinhas com a praça e a casa, o beco e as vielas, a calçada, as ruas e outros espaços institucionalizados – a escola e os equipamentos de política de proteção e assistência social, de esporte e de lazer (por exemplo, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Clementino Rodrigues Campelo e a Areninha – campos *society* com grama sintética urbanizados ou requalificados como ação e política pública de valorização e incentivo à prática esportiva, promovida pelo Ceará –, que reúne a galera de variadas comunidades urbanas e rurais para jogar futebol).

Estes espaços imbricados fazem parte dos percursos da vida cotidiana das juventudes que emana de bairros periféricos e de comunidades urbanas e rurais, e que tem como afronte suas práticas e seus modos de ser no mundo. Para Diógenes (2006), as juventudes são as vitrines das tensões sociais. Nesses espaços tensionados afirmam, contrastam e representam suas existências e, ao mesmo tempo, representam os conflitos sociais da contemporaneidade. Portanto, atendendo-me no desafio de navegar e tecer experiências e vivências sobre os modos como as juventudes de Palmácia percebem a si e como a violência atravessa suas vidas, especificamente ao modificar suas práticas a partir do processo de disseminação e “interiorização”, levando também em consideração a acumulação social da violência em Palmácia. E, de tal modo, descortinar e permitir analisar circuitos de conflitualidades, arquétipos de corpos, interações e agências juvenis na cidade. Mas para descortinar, causando efeito de desnaturalização e estranhamento, é necessário ficar atento às facetas, sombras e os elementos ocultos que percorre.

CAPÍTULO 1: AS TRAMAS DIFUSAS E OCULTAS DA VIOLÊNCIA: MEDO, SOFRIMENTO E (IN)SEGURANÇA.

A violência enquanto operador analítico sociológico no contexto brasileiro (ZALUAR, 1994; SANTOS, 2004; VASCONCELOS, 2011; PORTO, 2010; PERALVA, 2000) aparece associada a outros fenômenos sociais, na maioria das vezes abordada em nível de análises conjuntural, que consoante Diógenes (2011, p. 210), orquestra-se por “[...] duplas variáveis conceituais: pobreza e violência, poder e violência, segurança e violência, drogas e violência, dentre outras”. É importante alargar este debate e refletir criticamente sobre sua produção em outras aspectos e interlocuções, perante problemáticas sociais, analisando-a como um fenômeno multifacetado e difuso.

Um debate quem entra em destaque e que tem crescido em relevância nos últimos anos, é da disseminação e “interiorização” da mortalidade e da criminalidade violenta nas cidades de médio e pequeno porte, tanto por modificações nas dinâmicas dos conflitos e da criminalidade e alterações nos indicadores da violência que causa consequências nas diversas camadas da vida cotidiana, que conserva os diferentes medos e sensação de insegurança, recaindo sobre as juventudes, tal como foi descrito no caso episódico de Marcos. E, que, segundo Vasconcelos, Silva e Lopes (2022), exige constante atenção e destreza em sistematizar esta discussão enquanto uma rede e agenda de pesquisa e de maior colaboração entre os esforços dos laboratórios de pesquisa. É a partir desse debate que me atento em compreender como esse fenômeno ocorre, preenchendo algumas incompletudes e abrindo espaço para novas discussões.

Esboço dos processos de disseminação e “interiorização” da violência.

De acordo com o Atlas da Violência (2020), houve 57.956 homicídios no país, em 2018. Para Reichenheim et al. (2011 apud NSOESIE et al., 2020), as taxas de homicídios diminuíram 15% na região Sudeste brasileiro e cresceram 20% no

Nordeste do início dos anos 90 até finais dos anos 2000. O próprio Atlas da Violência 2020 aponta esse processo de elevação da disseminação regional da violência para o nordeste. Estudos desenvolvidos por Bruno Paes Manso, membro do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), os homicídios dolosos, latrocínios e lesão corporal seguida de morte, cresceram nas nove unidades de federação nordestina no primeiro semestre de 2020, com destaque para Ceará (102,3%), e com taxas de redução no Sudeste (-0,8%) e Sul (1,7%). E por mais que algumas pesquisas apontem as configurações sobre a disseminação da violência do Nordeste com o Norte, que concentra, além do Centro-Oeste, o maior número de fronteiras agrícolas com conflitos relacionados com a posse da terra (NSOESIE et al., 2020), ocorreu redução de -13,8%. É necessário destacar que a dispersão da mortalidade ainda ocorre em outras unidades federais que se encontram menos desprotegidas, desassistidas ou em situação de precarização dos equipamentos e aparelhos de segurança pública e defesa social.

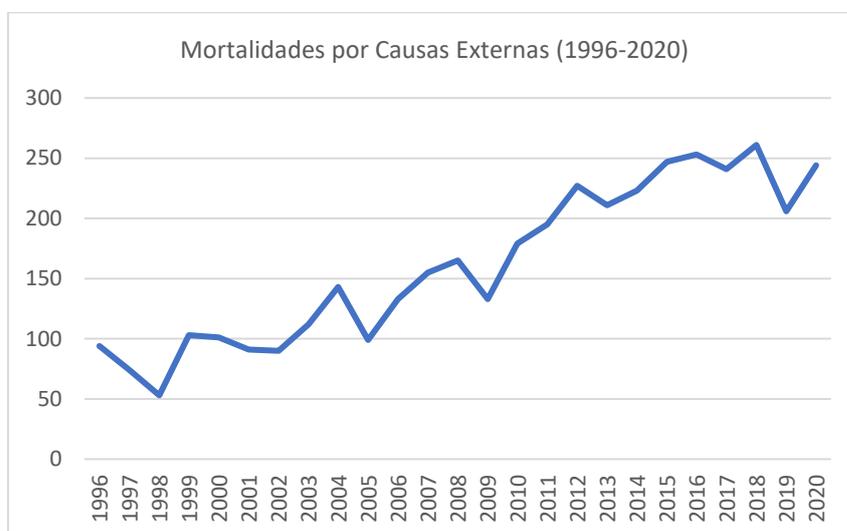
Para Waiselfisz (2012), Nsoesie et al. (2020) e Silva (2015), este processo que descrever a complexidade das alterações nas tendências de homicídio de um Estado para outro que afeta as estruturas econômicas e sociais do nordeste brasileiro, também é atravessado por uma outra mudança no que tange aos aspectos estruturais dentro dos Estados, em que a lentidão violeta se deslocou de locais mais urbanos para menos urbanizados, se levar em consideração as taxas populacionais de cidades com número menor que cem mil habitantes e aspectos demográficos, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a densidade demográfica e as taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade de cidades urbanas e rurais, que modifica, de maneira drástica, os indicadores sociais.

Esta “interiorização”, e sua transformação geopolítica dos indicadores da violência, que caminha junto com o perfil sociocultural das vítimas, é problematizado por Silva (2015) como um processo que vem ocorrendo desde início do século XXI com a construção e ampliação de políticas públicas de repressão dos órgãos policiais no Sudeste contra o crime organizado e o combate ao tráfico de drogas e armas. Enquanto alguns pontos das regiões metropolitanas dos estados nordestinos ganham atenção no aperfeiçoamento da gestão de inteligência e na estrutura organizacional da segurança pública, as cidades interioranas, subsequentemente, de pequeno porte,

restringiram-se à pontuais atuações ostensivas quando os problemas já se alastram por todas as artérias da vida dos cidadãos.

No contexto metropolitano cearense nota-se uma forte manutenção de programas de controle social, de gestão da segurança pública e de intervenções em busca de manter a ordem e uma “paz pública”, em geral, excludente e precário em alguns bairros, e que, segundo Barreira (2019, p. 35), ocasiona “uma ‘migração’ de práticas violentas quando intervenções localizadas promovem mudanças geográficas de rotas.”. Ao fazer um recorte na microrregião do Maciço de Baturité, circunvizinha a Região Metropolitana de Fortaleza e que interliga ao Sertão Central do Ceará, observa-se crescentes casos de mortalidade e criminalidade violenta a partir de 2010, uma migração que, conforme o gráfico abaixo, que traz dados coletados com base no DATASUS, referente aos anos de 1996-2020, torna evidente está problemática de “interiorização” da violência.

Gráfico 1 – Mortalidades por Causas Externas do Maciço de Baturité, 1996-2020.



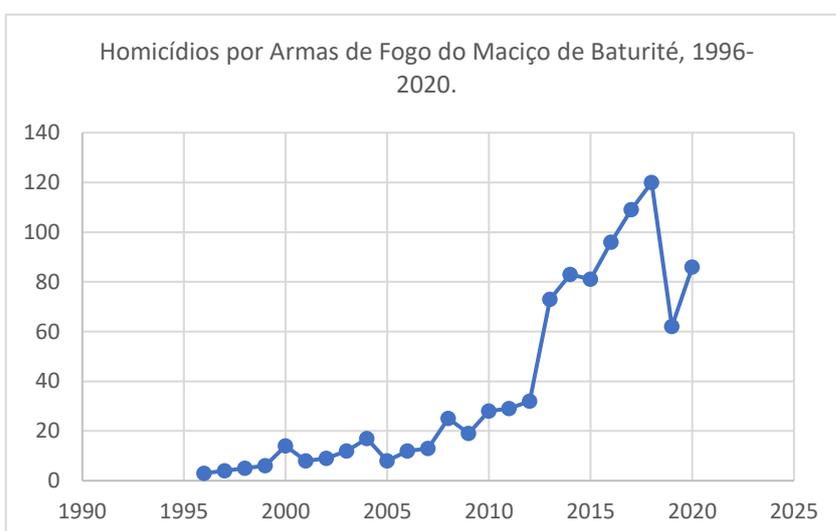
Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) / MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

O DATASUS coleta, processa e gerencia informações a partir do Sistema Único de Saúde, com base no Código Internacional de Doenças (CID-10), pelo tabulador de dados genéricos de domínio público TABNET. Esta leitura dos dados estatísticos traça linhas mais amplas de crítica que terá como meta incentivar o debate e enfrentamento às formas de violência, bem como auxiliar na qualificação das informações para

construção e fortalecimento de redes de pesquisa que retorne para a discussão de políticas públicas voltadas para segurança pública, justiça social, educação, cultura e direitos humanos.

Agora no que corresponde aos homicídios por arma de fogo na região do Maciço, ocorre a mesma proporção de ascendência a partir de 2010, com atenção ao período de “pacificação” entre as facções em 2016 e a quebra da paz no ano de 2017 no Ceará, tal como foi indicado por Paiva (2019), em que se eleva o número de crimes violentos letais:

Gráfico 2 – Homicídios por Armas de Fogo do Maciço de Baturité, 1996-2020.



Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) / MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Há, portanto, uma migração da violência homicida (SILVA, 2015) e de práticas violentas (BARREIRA, 2019), inter-relacionada com acumulação social da violência (MISSE, 2008) na formação sócio-histórica da Região, e que estas categorias analíticas desses três autores se alicerçam, não de forma fechada, mas com abertura a outros fatores na configuração social de Palmácia, a partir:

1) da deficiência e precarização de políticas públicas de segurança pública e proteção social, e sua atuação que deveria ocorrer de modo intersetorial com a saúde, educação e assistência, devido uma grande demanda e a contratação de poucos profissionais;

2) a escassa eficiência e descrença nas instituições de justiça e de resolução de conflitos, em que se opera através do aparato policial ostensivo;

3) a constante predação dos espaços educacionais, culturais e de lazer, nutrido por discursos voltados, exclusivamente, a empregabilidade e formação técnica por meio de uma mão de obra barata, e não crítica e reflexiva, no intuito de manter a ordem social vigente e a classe dominante;

4) da migração de organizações criminosas para regiões nas quais os aparatos policiais não têm o mesmo poder de combate, controle e disputas territoriais. Observa-se um forte teor de ódio e ações violentas dessas organizações, em que se ativa brigas, rixas ou acerto de contas, e abre brechas para outras lógicas e valores de vida e de sociabilidades perante os contextos de morte;

5) das dinâmicas do mercado de bens lícitos e ilícitos;

E, por fim, 6) das mazelas, desigualdades, crueldades e exclusões existentes na formação social da cidade nas zonas urbanas e rurais, que estabelece intersecção com gênero, classe e raça.

Estas formas de lidar com a violência nessa circunstância fatorias percorrem um conjunto de operações que no Brasil traz fortes traços do autoritarismo, desde o período colonial até o Republicano (LIMA et al., 2020, p. 35). O relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), ao divulgar o Índice de Propensão ao Apoio de Posições Autoritárias, numa escala de zero a dez, apontou que as maiores adesões ocorreram na região Nordeste (8,4) e nas pequenas cidades (8,6). Para Lima et al. (2020), a propensão e disposição em aceitar saídas autoritárias configura-se em todos os estratos sociais e que se exacerba nas regiões marcadas por violação de direitos, de exígua garantia da cidadania, de baixa escolaridade e de segmentos sociais marginalizados.

As agudas tendências ao autoritarismo se alargam numa “forte fadiga com a ineficiência das políticas públicas, abrindo espaço para o reforço de posições salvacionistas e autoritárias” (LIMA et al., 2020, p. 55). Pontua-se esta adesão quando o Estado se detém em fortificar em grande escala programas de políticas orçamentárias para ações ostensivas, em que a força militar é exibida como um único bálsamo e autoritário para resolução de todos os conflitos e, de tal modo, minimizar

as sensações de insegurança. Contudo, renega contextos, projetos comunitários de resoluções de conflitos e não fortifica as ações dos movimentos e coletivos sociais que se pontuam nas garantias das práticas juvenis.

Esta atenção às políticas orçamentárias voltada ao policiamento ostensivo, que, consoante Barreira (2019), permite aquisições de novos equipamentos de vigilância, criação e manutenção de programas de controle social, é defendida por alguns moradores palmacianos, especificamente os que atuam no poder político local e que possuem ligação com o comércio bovino, suíno e galinhadas de granja, mercado do varejo e na venda de laticínios, por exemplos, donos de mercantis, que formam a classe média ou a noção de elite da cidade. Esta visão é resultante das narrativas da classe média e de empresários residentes nas regiões metropolitanas cearense, pois, segundo estes cidadãos de Palmácia, o aumento da criminalidade violenta dá-se pela carência de ferramentas tecnológicas de caráter ostensivo, punitivo, disciplinar e de máxima vigilância, ressaltando que suas integridades empresarias devem ser preservadas e conversadas, assim, garante o fluxo, rendimento e equilíbrio dos seus comércios.

Há uma ínfima sensação de preservação da vida, mas não na sua totalidade, porque o jogo de interesse dessa preservação é seletivo, classista, racista e se subtraia a partir das lógicas empresariais e do mercado, sem preocupação com outras formas vida que não garantam a manutenção dos seus poderes e da ordem dos grupos vigentes.

E mesmo os moradores das comunidades periféricas e pobres de Palmácia estarem descrentes da eficácia da atuação da Polícia Militar (PM), a chegada de patrulhamento motorizado que transporta os emblemas do Comando Tático Motorizado (COTAM) e do Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) para resolver problemas de criminalidade violenta de modo pontual, e pouco investigativo, a instalação de equipamentos de videomonitoramento e o manuseio de novas armas de fogo dotadas de alto nível tecnológico, ao lado de discursos de políticos que tomam o fenômeno como simplório e de fácil resolução, corrobora para adesão as posições autoritárias porque assumem caráter salvacionista, que, no âmbito das narrativas e práticas, causa uma áspera impressão de paz e dominação.

Esta seara leva a refletir também sobre a estruturada organizacional da segurança pública no interior e da precarização de políticas públicas intersetoriais em segurança pública, substrato de exclusões sociais, e como a acumulação social da violência, que caminho junto com a disseminação e “interiorização”, ecoa em desqualificar a promoção da cidadania em espaços periféricos, garantia dos direitos humanos, às condições de vida: acesso à justiça, saúde e educação da população, à salubridade, a cultura (o fazer e navegar na cultura e nas artes para afirmar e valorizar existências nas favelas com seus modos de ser) e ao mercado e a empregabilidade. Para se ter esta dimensão, amplia-se o olhar para analisar alguns aspectos sócio-históricos da formação social da cidade, desde sua emancipação política até as grandes alterações nos indicadores da violência e da criminalidade, com forte acentuação entre 2010 até 2019.

A cidade entrecortada por conflitualidades, mazelas e desigualdades sociais.

O discurso nostálgico e saudosista do escritor Hermínio Muniz (2010; 2002; 1999) evidencia uma *misancene* composta por uma Palmácia hospitaleira, tranquila e pastoril, especialmente nos primórdios da sua emancipação política ao ser elevada à categoria de município no dia 28 de agosto de 1957. Como se os acontecimentos anteriores e posteriores naquela época estivesse ausente de conflitualidades. Mas, na verdade, há conflitos agrários precedentes e durante o processo de emancipação, tais como a presença de jagunços ou capangas para resolução de conflitos territoriais nas redondezas das sesmarias, sítios ou nas terras dos proprietários de engenhos de rapadura ou casas de farinha. Para Barreira (2006; 2015) esta emblemática figura do jagunço ou capanga, também conhecida como pistoleiro ou matador de aluguel, corriqueira no espaço social agrário nordestino, se ramifica nas tramas de morte e conflitos interpessoais no interior cuja governança é composta por coronéis e fazendeiros. Um personagem que é atravessado por linhas que o envolve como um ser lendário ordenado, estampado e retratado pela narrativa da literatura, das telenovelas, da imprensa e pelo Congresso. Mas a sua função em Palmácia não se restringia apenas nas encomendas de morte, mas expulsar escravizados fugitivos,

negros recém-libertos, grupos de sertanejos, camponeses e etnias indígenas que não ousavam se submeter aos códigos de tortura dos coronéis ou sesmeiros.

Holanda (2012) e Muniz (2002), salientam que estes grupos, em especial, camponeses e algumas etnias indígenas – tais como *Tapuias/Paiacus*, *Kanindé* e *Potyguara/Pitaguary* (HOLANDA, 2012) – também subiram a serra de Maranguape para se refugiar das estiagens da seca, instalando-se permanente na região. E, de algum modo, submetendo aos códigos de conduta social da época e a viver em terras não controladas pelos sesmeiros. Muitas vezes jogados nas margens em que se evita garantir direitos e ter acesso aos bens materiais.

Além da presença de pistoleiros, outros conflitos que compõem partes do terreno palmaciano é do modo como suas fronteiras foram pleiteadas e administradas. Holanda (2012) decorre que de um lado havia as extensas fazendas de engenho, bem como a plantação da cana-de-açúcar, no pé da serra e o trilho de ferro que colocava Redenção como um dos principais polos econômicos da região, e do outro lado o forte poder político de Maranguape que se estendia por quase toda a serra, que hoje se denomina Palmácia. Sabe-se que quanto maior fosse o domínio territorial mais forte seria o poder nas esferas política e econômica. E fragilizar as fronteiras, com o uso de artimanhas de determinados personagens gestados pela violência, também demonstraria comando dos leitos de rios e solos férteis para plantações, enriquecendo os sesmeiros e fazendeiros, garante sua preponderância.

Estes conflitos pautados em resolver litígios entre famílias e disputas locais pela representação política e econômica, realocou para as margens da cidade os sertanejos, camponeses, escravizados fugitivos, negros recém-libertos e etnias indígenas, que se viam na divisa e na reprodução desses conflitos, em que o medo como operador político de violência e controle, atravessa e molda um tipo de sujeito e a formação do seu espaço social, particularmente nas favelas, alocando a vida sob a ótica da morte. Suas habitações foram arquitetadas com a falta do saneamento básico, o limitado acesso às vias públicas, há ausência de políticas que promova o direito à saúde, a péssima estrutura de utilização e acesso de água potável, as constantes transgressões sofridas pelos moradores, ferindo a integridade física; e a carência de políticas públicas que permita o ingresso e a permanência na escola, de construções de quadras esportivas e coretos, de promoção da cultural e a garantia da sua cidadania.

Pontua-se que esta percepção idílica e pastoril sobre a cidade, demonstrada na literatura de Hermínio Muniz, e evidenciada no imaginário social palmaciano, que oculta as mazelas sociais, se embaralha com este imaginário e por uma narrativa provindo do turístico, que possui uma postura pouca ecológica – por mais que a região pertença a Área de Proteção Ambiental (APA), e que haja uma extensa política de conservação e de uso sustentável, mormente nos municípios vizinhos Pacoti e Guaramiranga, em Palmácia há extensos focos de desmatamento com pouca fiscalização e punição – e, assim, nega e coloca para as beiradas as desigualdades e exclusões existentes na formação sócio-histórica da região e das suas comunidades, e seus conflitos, consoante Barreira e Batista (2011, p. 24), como parte intrínseca da vida social e política.

Esta percepção sobre uma paisagem pacata, bonança e paradisíaca de cidade se apresenta até no modo como as organizações criminais agenciam o crime, enquanto domínio territorial e vendas de drogas, porque a mesma é vislumbrada como refúgio, local sossegado e longe da polícia, reforça alguns moradores. A redução de um policiamento investigativo e da escassez de ações específicas de uma política de segurança pública na região deixa o local mais propenso ao descanso e de fácil acesso ao controle territorial.

Comercializa-se uma imagem ilusória de cidade, enquanto nas estruturas e margens urbanas há o empobrecendo e a estigmatização socioespacial cada vez mais da população, tal como ocorre nos bairros Pinga, Rua da Palha e Caneco Amassado, e repercutindo nos mais recentes, o Conjunto José Aristides e Vale das Goiabeiras. Há, também, no distrito Basílio, juntamente com o Novo Basílio e outras localidades rurais adjacentes, estas características que solapam as vidas nas favelas, que fortalece as desigualdades. Esta visão também acontece nos bairros de Fortaleza quando se assenta os menores Índices de Desenvolvimento Humano e as constantes notificações e registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), por exemplo, Vicente Pizon, Grande Bom Jardim, Barra do Ceará e dentro outros.

É imprescindível desvencilhar de uma paisagem canavieira e apaziguada do interior do Nordeste, e apresentá-lo como *locus* de conflitualidades e violências que precisa ser estudo. E é nesta dialética de uma cidade do interior e de pequeno porte, que o campo da pesquisa não é estático, quieto e tampouco afastado de conflitualidades, mas sim estimulado por tensões e paradigmas, e que algumas

características são similares às dinâmicas das regiões metropolitanas, em que o assassinato de Marcos é uma das teias de análise para se compreender a expansão da violência e o acréscimo exponencial da mortalidade e criminalidade, conforme a síntese da tabela abaixo que foca em casos noticiados pela imprensa do Estado, tais como G1, Diário do Nordeste e O POVO, partir do recorte cronológico de 2010 até 2019:

Tabela 1 – Registros de casos de violência em Palmácia, noticiadas pelos jornais G1, Diário do Nordeste e O Povo. Ano: 2010-2019.

| CIDADE | CANAL | TÍTULO | PUBLICAÇÃO | ASSUNTO |
|----------|--------------------|---|------------|---|
| Palmácia | G1 | Pelo menos 41 casos de decapitação foram registrados no Ceará nos últimos três anos | 30/08/2019 | Decapitação no Estado. Palmácia aparece nessa estatística. Há presença de grupos criminais |
| Palmácia | Diário do Nordeste | Líder de grupo suspeito de assaltos a comércios e veículos na região de Palmácia é preso | 28/02/2019 | Líder de grupo suspeito de assaltos a comércios e veículos na região de Palmácia é preso |
| Palmácia | O POVO | Confronto entre criminosos e Polícia deixa seis pessoas mortas e quatro feridas em Palmácia | 24/01/2019 | Seis pessoas vinculadas a facções criminais morrem em confronto com a polícia em meio à onda de violência |
| Palmácia | Diário do Nordeste | Dois homens são mortos a tiros em Palmácia | 22/12/2018 | Dois homens são mortos a tiros em Palmácia |
| Palmácia | O POVO | Chacina na zona rural de Palmácia deixa cinco mortos nesta manhã | 27/07/2018 | Chacina com 5 mortes, na localidade Cafundó. Foi a sexta chacina no Estado |
| Palmácia | G1 | Cinco são amarrados e assassinados em chacina na Grande Fortaleza | 13/07/2018 | Chacina com 5 mortes, na localidade Cafundó. Foi a sexta chacina no Estado |
| Palmácia | Diário do Nordeste | Mãe é detida suspeita de agredir filho de 7 meses | 01/11/2016 | Mãe agredi filho de 7 meses |
| Palmácia | Diário do Nordeste | Aluno de Direito assume ter assassinado porteiro | 28/10/2016 | Vítima assassinado por estudante de Direito é encontrado no sítio Cafundó, na comunidade Buenos Aires. |

| | | | | |
|----------|--------------------|---|------------|---|
| Palmácia | Diário do Nordeste | Homem é encontrado morto com cadeado na boca | 27/05/2016 | Homem é encontrado morto com cadeado na boca |
| Palmácia | G1 | Polícia investiga desaparecimento de vendedor na cidade de Palmácia, no Ceará | 17/06/2016 | Desaparecimento de vendedor |
| Palmácia | Diário do Nordeste | Assaltante morre após tiroteio com sargento da PM; policial fica ferido | 09/02/2016 | Suspeito morre e PM fica baleado |
| Palmácia | Diário do Nordeste | Suspeitos de matarem PM | 19/11/2015 | Suspeitos de matarem PM |
| Palmácia | O POVO | Quadrilha explode caixa e leva cerca de R\$ 80 mil de banco em Palmácia | 27/03/2014 | Assalto a agência Bradesco |
| Palmácia | G1 | Grupo viola caixa eletrônico de agência bancária em Palmácia, no CE | 28/11/2013 | Explosão em caixa eletrônica |
| Palmácia | G1 | Grupo assalta agência bancária em Palmácia, no Ceará | 19/09/2013 | Outro assalto na agência bancária. Cerca de 20 pessoas participaram |
| Palmácia | G1 | Correios de Palmácia é assaltado duas vezes em dois meses | 09/09/2013 | Correios é assaltado duas vezes em dois meses (agosto e setembro) |
| Palmácia | O POVO | Polícia descobre fábrica de armas em Palmácia | 29/08/2013 | Fábrica de armas em Palmácia |
| Palmácia | O POVO | Grupo explode caixas eletrônicos de banco em Palmácia | 30/05/2013 | Explosão e assalto em caixas eletrônicos |
| Palmácia | O POVO | Acusada de tráfico de drogas em Palmácia tem relaxamento de prisão negado | 02/02/2012 | Vendas de drogas |
| Palmácia | G1 | Quadrilha explode caixa eletrônico em Palmácia, interior do Ceará | 26/10/2011 | Explosão em caixa eletrônica |

Elaboração própria. Fonte: G1, Diário do Nordeste e O Povo.

Pontua-se que no curto intervalo de tempo há constantes explosões às instituições bancárias, como Bradesco e Banco do Brasil, ao Correio e outros estabelecimentos privados, com maior ação nos anos de 2013 até 2015. Para Aquino (2015), estas explosões são alicerçadas por complexas atuações meticulosas de quadrilhas organizadas de assaltantes, e não possuem aguda ação com a ascensão e expansão territorial das organizações criminais. Este ponto requer uma outra análise, mais profunda. Mas é necessária traze-la em cena para compreender como alguns fios se interligam referente a problemática da pesquisa.

Em âmbito municipal, há preponderância homicida com os alarmantes 17 casos entre 2017 até 2019, e que possui conexão com o fim da “pacificação” em 2017. No ano de 2018 ocorreu uma chacina na comunidade rural Cafundó, a sexta chacina no Estado, totalizando 5 mortes. No mesmo ano, dois homens são mortos a tiros. No início de 2019, acontece o confronto com a polícia, que resultou em 6 vítimas e 4 feridos. Segundo Edileusa Inacio, ao atuar no hospital no dia do ocorrido, afirma que nunca tinha visto tamanha desumanidade em quase dez anos de profissão:

[...] eles vinham colocando terror no município. Mas poderia ter sido resolvido de outra forma e não com morte. Porque é muito triste você ver muita gente jovem morta um por cima dos outros. E fica tudo registrado na nossa memória. (ENTREVISTA COM EDILEUSA INACIO).

Há outro caso que também chocou a cidade: quando um homem foi encontrado morto com cadeado em 2016, e aqui sinaliza a crueldade como elemento motriz das lógicas de conduta das organizações criminais e também da violência difusa. O medo, além de assumir um sinal de alerta que previne as pessoas acerca de perigos, é também um elemento propulsor de ansiedade e ações irracionais (BARREIRA, 2013, p. 233), que afeta toda a esfera social da cidade. A violência e o crime encontram lugar para se expandir, se fortalecer.

Nessa onda de violência, a cidade já apresentava outras interfaces e acumulação, como a escassa notificação e as descontinuidades das ocorrências de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes. Para a Assistente Social, Liliane Costa, que atua no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Palmácia há mais 13 anos, as descontinuidades advêm das ausências da criação de instrumentais unificados que limita arquitetar equipamentos de proteção social

especial, e que caminha junto com as privações de direito, o medo e uma moralidade punitiva do patriarcado, do machismo e da inferioridade de gênero que penetra toda a estrutura da família, porque as vítimas são abusadas sexualmente pela figura de entes mais próximos, como o pai, padrasto, avô ou tio (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004). Edifica-se um complexo sistema simbólico de violências e de “naturalização” de práticas violentas que ocasiona processos de “desestruturação dos referenciais culturais da família como formadora da identidade” (FALEIROS, 2009, p. 43). Sem esta referência, a noção de “família” e “identidade” é experienciada em outra esfera de relação sociocultural e em outro lugar de gestão de vida, muitas vezes captada, socialmente, nas organizações criminais.

“Eles [os jovens “faccionados”] se sentem parte de uma família”, comenta uma orientadora social que atuava no CRAS de Palmácia. Ela preferiu que o seu nome não fosse identificado temendo represálias por conviver e morar perto de jovens facionados. A noção família na facção trata-se de uma referência afetuosa entorno de uma rede de proteção e de punição (RODRIGUES; SILVA; SANTOS, 2020), que através de censos de identificação, conflitos e sentimento de pertença, enuncia laços de afirmação das suas identidades perante sociabilidades violenta. Os jovens buscam lugar, mesmo em empreendimentos sob o rótulo de mercados ilegais, e “[...] encontram esse lugar nas facções, pois elas oferecem identidade e autoridade”, afirma a psicóloga social que opera no CRAS, em que a mesma também optou que seu nome não fosse identificado.

Há nos fatores de descontinuidades de violência doméstica e sexual, as fragilidades e precariedades das políticas públicas e nas instituições, que foca sua atenção nos índices de ocorrência nas cidades “mais urbanizadas”, enquanto em outras cidades age de forma reativa e pouco intersetorial e contextual. De tal modo, se produz um hiato que se molda no medo, insegurança, decepção e incredulidade das ações dos equipamentos de prevenção e proteção à vítima.

Para Barreira (2013), a sensação de insegurança e o medo configuram-se como operador de controle e dependência, tendo como fundamento o tempo e o espaço, e que mantém um perfil de vítimas preferenciais e também a classificação de crueldade das práticas criminosas dotadas aos jovens, por meio de discursos de ódio discriminatórios e de órgãos tecnológicos que legitimam e instrumentalizam a violência no plano social e político.

Palmácia, que já continha acumulação social de conflitos sociais e violências, atualmente faz parte de um cenário letífero, e que se encontra deficiente de ações intersetoriais voltadas para o combate às desigualdades em ambientes de exclusão e pobreza. A mudança dos indicadores só demonstra a fragilidade do Estado e das relações sociais em que o medo e a insegurança causam sofrimento psíquico e altera as dinâmicas de uma cidade do interior do Ceará, que apresentava baixos índices de violência letal e que vivia sob uma ótica fantasmal de cidade bucólica e tranquila. E que os dramas da morte percorrem, de maneira drástica, as juventudes e as relações sociais.

E aqui o Estado, os governos municipais, as entidades de pesquisa, os líderes comunitários, os movimentos e coletivos sociais e as próprias juventudes, devem estar atentos às narrativas que ronda os órgãos da máquina pública e da vida social, muitas vezes camufladas numa sutileza salvacionista ao tratar o fenômeno da disseminação e “interiorização” da violência dentro de uma ótica reducionista. E, por sua vez, instrumentaliza, legitima e naturaliza a violência. Provoca intensas sensações de insegurança e medo no cotidiano das cidades que não se apreendem em cenários de violência difusa e crueldade.

CAPÍTULO 2: SOCIALIZAÇÃO PELA VIOLÊNCIA NAS INTERZONAS ENTRE O URBANO E O RURAL.

Na divisa da rua.

Este outro episódio letal ocorreu no final do segundo semestre de 2018, na divisa da comunidade urbana Bica e da rua Benjamim Campelo, na Sede da cidade.

Ao aproximar-se de uma parada de ônibus, na maioria das vezes recheada de mototaxistas, na Av. Salustiano Ribeiro Guimarães, e ao fundo se deparar com os vestígios do antigo Matadouro⁶ da cidade e do outro lado o encanecido e minguado bar do João Isaac, o peso do cinza metálico das nuvens de um final de tarde dar lugar para estampidos que entorpecem os moradores. “O que eu lembro é que estava tudo muito parado. Não havia muito movimento. Como se o próprio ambiente estivesse prevendo alguma coisa”, relata o professor Gabriel [nome fictício porque o mesmo não consentiu que utilizasse seu nome oficial com receio de represálias ou que os algozes – majoritariamente, jovens pretos e pardos – possam causar tumultos e mais mortes, caso os membros familiares das vítimas desejam identificá-los e buscar vingança], retornando de uma caminhada pela avenida.

O professor descreve que os cicios que provinham das casas e dos poucos cidadãos que ainda possuem o hábito de contemplar – no sentido mais popular, de mexericar – o cotidiano, às vezes sentados ou acorados nas calçadas ou com cotovelos sobrepostos as estreitas janelas de suas casas, foram fechados de forma súbita após estampidos.

Mais outro jovem negro morto...

Nesse entardecer frígido, Gabriel depara que na divisa da rua que dá acesso a comunidade Travessa Canabrava há um ciclo de pessoas ao redor do corpo de Alfonso – por ser um fato em trâmite de investigação, opta-se mais uma vez em utilizar

⁶ O Matadouro na região foi um açougue bovino e suíno com forte atuação no final da década de 90 e início dos anos 2000. Por meio de ordens judiciais e sanitárias, e constantes denúncias de maltrato, o estabelecimento foi demolido e, atualmente, é um vasto campo recheado de ervas daninhas e vielas que dá acesso às comunidades Bica e Travessa Canabrava.

um nome fictício no intuito de guardar a identidade de outros envolvidos. Mais tarde todos já sabiam quem tinha assassinato devido a circulação de fotos da vítima nas redes sociais digitais. “Ele era artista. Desenhava muito bem!”, aponta, de modo entristecido, um líder comunitário e defensor dos direitos das juventudes de Palmácia, o Maciano Castro.

E o que seria uma caminhada para revigorar o corpo do professor Gabriel, trilhando a *solitude* do tempo e do espaço numa cidade serrana apaziguada pela narrativa e o imaginário de ser sossegada, acabou tomando-se por uma densa bruma funesta que voltou a intensificar as fissuras sociais. E que seu impacto social se representa na maneira como o assassinato ocorreu, o perfil da vítima, o horário, o espaço que se apresentava serenado e o curto intervalo de um caso para o outro ao levar em consideração a morte de Marcos.

As ruas voltaram a ficar atônitas e quase desérticas após os zumbidos da ambulância e o zigue-zague da polícia. “Nem carro passava. É como se a rua tivesse absorvido tudo. As pessoas estavam com medo”, comentam uma das moradoras da rua Benjamim Campelo, que ao lado de outros residentes deixam evidente a sensação de insegurança e o medo de percorrer pelas ruas da cidade, especificamente do indicador apontar para mais um jovem negro assassinato e que poderá ser seu filho ou filha.

A gente tinha pensado que era apenas um tiroteio de facções [disputas que se tornaram frequentes com a presença do Comando Vermelho (CV) e Guardiões do Estado (GDE)]. E foi muito estranho porque foi a primeira vez na minha vida que eu passei por isso... estar perto de um crime e não ter visto absolutamente nada [...] (ENTREVISTA COM GABRIEL, realizado no dia 28/09/2020).

Relata, por fim, o professor, não deixando de lado o misto de temor e frustração ao constatar mais uma vida negra ceifada em pleno período vespertino, sobretudo quando o jovem assassinado foi seu ex-estudante, o Alfonso.

Quando resolvi preambular pela avenida percebi ainda os resquícios de uma sensação aguda, frígida e dolosa, talhando as densidades e tensões das mazelas que afetam os moradores e uma contradição referente a naturalização das práticas de violências. Há o medo “de bala perdida” a qualquer momento e das maneiras de como a resolução de conflitos em lugares administrados pela governança criminal é gerida

com relação aos casos de punição e morte. Se percebe esta configuração quando se toma como paralelo representativo os passos ofegantes do Gabriel que foram substituídos por uma caminhada que logo procurava amparo: “Depois de mais ou menos cinco minutos não se ouvia nada, e as ruas começaram a voltar à normalidade. Mas somente depois de um certo tempo que a gente soube que tinham matado alguém”, relata mais uma vez o professor.

As teias que tecem a tramas de morte da vida juvenil.

No que se refere ao caso de Marcos, que ocorreu no primeiro semestre de 2018 no Conjunto José Aristides, e se conecta com episódio do Afonso, foram quatro principais fios narrativos que me possibilitou (re)costurar as lacunas da trama de morte. Durante andanças pela zona urbana da cidade (também denominada de Centro ou Sede), sobretudo nas comunidades periféricas, as três fontes não esconderam o receio que as consomem ao recontar este caso. O lembrar ativa vozes e marcas de aflição, dor e angústia que corrói a existência na qual sabiam das fissuras traumáticas que as amargurava. Fernandes (2011, p. 52), ao realizar extensos caminhos de pesquisa de campo, o ato de lembrar aciona opiniões e imagens que o entrevistado e interlocutor preferiria ver extintas. Mesmo assim, numa fina confiança, contaram-me o que vivenciaram.

Nessa empreitada, não foi viável conversar com a mãe de Marcos. Ela conseguira, aos trancos e barrancos, deslocar-se para outro município. Foram três entrevistas gravadas: com Assistente Social, a Luana Lustosa, que atua como técnica de referência nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de crianças e adolescentes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); uma técnica de enfermagem que estava de plantão no dia do ocorrido, a Edileusa Inácio, e a sua mãe, ambas residentes da Vinte e Oito de Agosto. No desejo de aprofundar as perambulações pela comunidade Conjunto José Aristides, e nesse momento traçar caminhos de entendimento sobre algumas cavidades do caso de Marcos, e, assim, seus impactos nas dinâmicas das relações sociais, ocorreu uma conversa singular com umas das moradoras, e aqui a chamarei de Estefânia [outro nome fictício], que com olhar frouxo pelas venezianas observou os barulhos e a cena de morte, enquanto

outros membros da sua família permaneciam agachados no chão frígido da sua casa. Esta moradora descreve que só conseguirá sair de casa após ouvir as rajadas de motos “mata à dentro”.

Estefânia me exigiu que sua fala não fosse gravada. O receio era que algum habitante de Palmácia ao ler a pesquisa pudessem identificá-la, pois as formas de gestão de identificação na cidade ainda provêm de um laço parental ao dizer “fulano é filho da Corrinha e beltrano”, e “Corrinha é mãe de Juscelino, e que seu filho é casado com Jacira”. Esta identificação parental, prontamente codificável nas cotidianidades urbanas e rurais de cidades de pequeno porte devido às relações familiares serem cada vez mais adjuntas e, também, ao número populacional, poderia fazer com que os agentes da segurança pública a procurasse para fornecer outras informações sobre o caso. Ou participantes envolvidos em alguma organização criminosa, a repreende por fornecer detalhes que deveria pertencer apenas ao sistema de conduta da facção, denominando-a de cabueta – também chamado de “dedo-duro” (o ato de dedurar). Cabueta é uma expressão nativa que faz referência ao indivíduo que fornece informações sigilosas ou condenáveis, de modo público ou secreto.

Esta relação de coerção, dominação e controle, principalmente em espaços vulneráveis às formas de violência e, também, gestados por organizações criminais, se emprenha com outros medos sociais (BAIERL, 2008) e processos de acumulação social da violência (MISSE, 2008), constituindo “[...] dinâmicas internas de vigilância e punição” (PAIVA, 2019, p. 168), enquanto se nutre códigos morais edificados pela própria facção. Nesses códigos existe uma dinâmica identitária facilmente seduzente para os jovens, porque confere maneiras violentas de acessar bens materiais e simbólicos, dando-lhes arranjos de prestígio, reconhecimento e autoridade.

E não gravar a narrativa de Estefânia também me fez perceber os emaranhados de medos e temores que fazia com que o seu corpo franzido, sua voz embargada e seus dedos trêmulos sob o cenho receassem a retomada de imagens vivenciadas e subsidiadas pela crueldade daquele dia, perseguindo-a numa espécie de vulto, especialmente ao anoitecer. Ou que a cena voltasse a se concretizar próximo a sua nova moradia. Estefânia foi uma das poucas residentes do Conjunto José Aristides que conseguiu habitar em outra rua e casa de aluguel que demarcasse maior distanciamento da atrocidade vivenciada.

Mesmo assim Estefânia narrou sobre o referido caso letal, dando-me minudências sonoras, gestuais e espaciais que só foi possível transcrevê-los ao chegar em casa e sentar na borda da escada do meu quarto (para realizar um ato reflexivo que permitisse entender os enredados fios da pesquisa). Ao redigir em frente à minha escrivaninha os arranjos e tensões do que ouvi e senti das conversações e entrevistas nos becos, nas vielas e nas ruas, percebi que o não uso de um gravador em alguns momentos, sobretudo nas conversações com as juventudes e, em particular, com a Estefânia e o professor Gabriel, foi útil pois possibilita aproximar dos movimentos dos moradores e dos contextos das comunidades, especificamente de ambos os casos episódicos de morte.

E imbuir, juntamente com o corpo, numa sucessão de imagens, significados e situações conflitantes que a função “chegar em casa” para transcrever e anotar mais informações colhidas se tornou um dos atos experimentais das incursões etnográficas. E, também, um ritual como prática crítica e reflexiva que constituem partes das densidades da escuta profunda do viver e do etnográfico (MAGNANI, 2009; ROCHAS, ECKERT, 2008; URIARTE, 2012). Do modo conferido às cadencias inquietantes da pesquisadora Glória Diógenes (2011, p. 60), uma “escuta andante” que alicerça as experiências de afetação.

Ambos os casos episódicos apresentados, não se restringem a um acontecimento isolado, mas faz parte de incursões etnográficas em que toma como análise a violência fenômeno multifacetado (DIÓGENES, 1998) e difuso (BARREIRA, 2013; SANTOS, 2004), com o objetivo de analisar os efeitos sociais da violência que afetam as juventudes na cidade. Aqui sublinho que estes casos fazem parte de um drama social (CAVALCANTI, 2007) que perpassa todo o emaranhado de fios que tecem a pesquisa. E outros agentes entrevistados para analisar estes casos (professores, produtores culturais, líderes comunitários, gestores e profissionais da proteção e assistência social e representantes que atuam na garantia dos direitos humanos), e em outras conversações com cidadãos, principalmente as juventudes, nas praças, ruas, becos, vielas e calçadas, acionam, em menor ou maior grau, os impactos e “silêncios” do assassinato de Marcos e Alfonso na cotidianidade da cidade, e que atravessa, drasticamente, as juventudes locais nas interzonas entre o rural e o urbano, em maioria, pretos e pardos e moradores de favelas.

Como já tinha dito, os sinais feitos pelos encapuzados no caso de Marcos, adentrando numa comunidade periférica e prontamente estigmatizada, e do tiro pelos algozes que suprimiu a vida de Alfonso em pleno entardecer na pacata Av. Salustiano Ribeiro Guimarães, que delimita uma parte dos estigmas sociais de uma cidade que não apresentava altos índices de crueldade e violência letal, já tinha penetrado as veias das ruas, becos e vielas e escancarado as mazelas, exclusões e desigualdades sociais em que o perfil mais atingido são jovens negros e de espaços periféricos. Na perspectiva necropolítica de Achille Mbembe (2016), colocando a vida negra sob a ótica da morte.

Sociabilidades periféricas atravessadas pelas violências.

É importante ressaltar a heterogeneidade dos espaços rurais e urbanos, sequenciado das formações de suas comunidades. Os espaços rurais com realidades variadas, englobando diversas práticas culturalmente estabelecidas e não imóveis, deve-se não cair no equívoco da associação e unificação do campo como dicotômico ou preso no romantismo campestre e inerte que contribuem para uma análise supérflua e estereotipada da realidade de cidades de pequeno porte situadas no interior do Estado. Com uma idealização imagética do campo (zona rural) e da cidade (zona urbana), associa-se características pré-estabelecidas que impossibilita pensar em correlações ou associações entre ambos. No entanto, conforme Williams (1988) e Martins (1989), entender a realidade em questão é uma busca em analisá-la em uma ótica coerente às diversidades sociais e culturais das coletividades inseridas em um determinado espaço e tempo.

Ao retratar sobre as ruralidades, Rebouças Jr. e Ximenes (2010, p. 155) as concebem a partir da construção de subjetividades e das relações desenvolvidas entre moradores e com os contextos sociais representados por meio de vínculos afetivos, sentimento de pertença e de questões em torno do cotidiano, que ressoa também no urbano. São sentimentos e memórias que se revelam e expressam no corpo, na fala, na vestimenta, nos apertos de mãos, nos gestos, nas piscadelas, nas piadas sarcásticas e irônicas. De tal forma, concebe-se o corpo como construção e mapa cultural (CANEVACCI, 1990, p. 23) na dialeticidade urbana e rural.

Compreende-se dessa maneira que as sociabilidades nas esferas do rural e urbano dão-se de maneira ativa, dialógica e mútua, e não isoladas. Causa variados sentimento de pertencimentos, e cuja sinestesia se guia simbolicamente nos objetos, nos acenos, na linguagem, na memória, na participação dialética ao compartilhar suas emoções e os processos conflitantes nessa mobilidade. O urbano e rural podem partir de uma concepção heterotópica de si e com o outro por confluir com poderes em lugares que desenham uma cidade do interior (escola, delegacia, igreja, hospital, praça, etc.) e também no imaginário e em ambientes digitais. Seguindo os fluxos com Foucault (2013), é um ciclo *continuum* espaço-tempo que implica noções de poder e saber.

Ao pensar sobre estas sociabilidades numa configuração urbano e rural em contextos de violência, especialmente as sociabilidades das juventudes, que vivem amordaçadas por uma narrativa provindo dos pais ou responsáveis que funciona como um redemoinho de pavor ao sair de casa (espaço privado), que proíbe de saírem ou transitarem entre as ruas até tarde da noite.

Em contrapartida, há a necessidade expressiva de afirmar territórios das suas identidades em espaços públicos consagrados, por exemplo, a praça, e não convencionais como os becos, as ruas e as vielas. Pontua-se esta relação dicotômica quando Mariana comenta que “[...] devido a violência minha mãe começou a ficar mais neurótica. Dizia que eu não podia sair. E de uma certa forma eu precisava sair. Porque se eu ficasse em casa iria surtar”. É comum a galera juvenil sair à noite, e ao se entrelaçar pelas ruas e becos da cidade, formam variadas turmas como processo de constituições grupais das juventudes que se concentram na Praça 7 de Setembro [ver a imagem 6]. Centrada na Sede, a Praça retangular acumula o maior fluxo de pessoas e a concentração do comércio urbano. Aos sábados pela manhã acontece uma serena feire. De um lado há a EEMTI Maria Amélia Perdigão Sampaio e a Prefeitura Municipal; na esquerda, o CRAS Clementino Rodrigues Campelo e, mais adiante, a Areninha e a comunidade Caneco Amassado. Para a direita, o prédio antigo e provisório da Secretaria de Educação, dois depósitos e na direção da Rua Francisco de Queiroz, o Hospital.

Este local público tem o intuito de afiançar os modos de ser das juventudes, e é um ambiente para “fazer nada” e “falar besteira”, pronuncia uma grande parte da galera juvenil. Percebe-se esta dinâmica corpórea quando as juventudes das

comunidades rurais e dos bairros urbanos se misturam para fazer um translado até a praça, no desejo de presentificarem suas formas de existência nômade, insurgente e antropofágica. As juventudes, mesmo vivenciando e experienciando laços com a cultura local, abrangem e fazem sua imagem refletida em novas práticas socioculturais emergentes a sua nova condição no espaço-tempo.

Imagem 6 – Praça 7 de Setembro.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2022.

Imagem 7 – Outro ângulo da Praça 7 de Setembro.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2022.

Mas antes de acionarem suas práticas e performances na Praça 7 de Setembro e no translado entre becos e vielas de barro e asfalto, em meados dos anos 2000 já se notava disputas de coletivos juvenis em espaços periféricos. Nesse mesmo

período, as juventudes se agenciam na Praça Padre Perdigão Sampaio para namoriscar, promover intervenções artísticas no coreto, participar de celebrações religiosas e de ocasiões festivas como o carnaval e a festa junina, de andar em bandos para ostentar e promover suas autoridades, de jogar videogame na extinta locadora da Dona Fátima, ir à missa e participar de grupos religiosos, principalmente de matriz católica, por exemplo, o Discipulado, Rainha da Paz, Apostolado e o extinto Coral Sol Nascente, e zanzar pelas ruas que conectam a cidade até a referida praça, no mesmo intuito de buscar afirmação dos seus contextos existências e de transfiguração das suas formas de expressar. Suas vicissitudes. De proporcionar o encontro de novas ideias e novos estilos de vida. “Éramos de uma época em que nossa maior preocupação era o ônibus não quebrar. Chegar bem em casa e pronto.”, expõe Tailan Calu, produtor cultural e artista de teatro que atua no campo da cultura em Palmácia desde adolescência.

Ainda nos anos 2000, a cidade tinha uma intensa atuação de políticas de integração artística, cultural, esportiva e educacional. Com a fundação da Escola de Artes CASULO (Crianças e Adolescentes Sintonizados no Universo de Liberdade Ocupacional), como um espaço artístico-pedagógico em que é possível experienciar e vivenciar diversas linguagens (dança, teatro, música e artes plásticas), e que, segundo Silva e Melo (2021, p. 53) a sua primordial ética se molda numa função que se alicerça na “[...] concepção teórico-prática na seguinte metáfora da metamorfose: a lagarta que se transforma em borboleta, concebendo a vida como obra arte”, em que crianças e adolescentes de espaços periféricos vivenciavam o fazer artístico como prática de escritas de si e de transfiguração e emancipação crítica e reflexiva na busca de formar cidadãos participativos e conscientes do seu espaço social. Em caráter laboratorial, a CASULO deveria ter como meta valorizar estilos de vida. Assim, resultar em uma criação estética e imagética e de valorização do corpo, que faz da própria vida uma obra de arte.

Para Silva e Melo (2021), alguns gestores municipais não reconheceram e não se dedicaram em dialogar sobre a importância da arte na vida das crianças e adolescentes. O projeto foi sendo sucateado e a viver sua matriz pedagógica de maneira silenciada. Os constantes cortes e escasso orçamento de manutenção e conservação dos equipamentos culturais e da atuação dos profissionais da arte foi deteriorando o projeto CASULO. Esta falta de incentivo, que advém da insensibilidade

e analfabetismo, também ressoou na não fortificação de olimpíadas intermunicipais) de futsal, handebol e outros jogos esportivos.

E por mais que houvesse a performance cultural da Quadrilha Junina Luar Serrano (1999-2014), que agenciava agrupamentos, logo se percebeu que sua atuação seria suprimida, dando lugar a outras “maneira de fazer” a vida, em que a criminalidade e o advento de organizações criminais perfuraram as camadas sociais, adentrando-as nestas lacunas ao conferir sentido e fortalecer novas lógicas morais de viver a vida cotidiana, ressalva Paiva (2019, p 167):

O crime, portanto, é também uma maneira de fazer o cotidiano e a cidade por meio da ação coletiva de pessoas envolvidas de maneiras diferentes em coletivos reconhecidos, socialmente, como “facções”.

A chegada das organizações criminais em 2016, e suas drásticas disputas territoriais, é um marco simbólico que estabelece as operações que tangenciam as relações de poder e da estrutura organizacional das comunidades. E também da cidade com a confiabilidade das suas atuações criminais ao seu sistema e códigos de conduta expressos na vestimenta, nas gírias e nos muros da cidade [imagem 8]. Ao mesmo tempo que regras e códigos, em algumas circunstâncias impostas, formulam sujeitos e organizam comunidades, exemplo, a venda de drogas não seja realizada nas escolas e no CRAS, não roubar na área senão “vai pro saco” [imagem 9] e respeitar os anciãos e professores, desde que os mesmos não firam os códigos estabelecidos, e, dessa maneira, proporciona uma áspera sensação de serenidade e pacificação, também faz parte de uma estatística homicida quando o domínio do território deve ser demarcado pela crueldade e criminalidade violenta.

O produtor cultural, Tailan Calu, ressalta que entre os anos 2012 e 2013, não deixando de lado que nesse período já havia as vendas de drogas e ocorrido explosões às instituições bancárias, as juventudes apareciam reféns ao temor e da ineficiência do Estado, que deveria garantir que alguns problemas sociais fossem combatidos não de modo reativo, mas sim em caráter de proteção social ao inibir que alguns fenômenos se instalassem, alterando as maneiras como alguns percursos juvenis entram confeccionados nas ruas até a praça ou outros espaços institucionalizados (escola, CRAS, igreja):

[...] Palmácia sempre foi tranquila, do pessoal vim de fora e passei quatro dias de carnaval. Tinha brigas de bêbado. Nada muito grave. E nada de assaltos. Mas um tempo desses começou a cometer assaltos direto. A gente não podia tá sentado na calçada que chegava duas pessoas de moto e carregava o celular da gente. (ENTREVISTA COM TAILAN CALU, realizado no dia 16/04/2021).

Imagem 8 – Pichação numa casa abandonada na Av. Jerusalém, na divisa das comunidades Conjunto Aristides e Caboclos, em Palmácia.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2021.

Imagem 9 – “Se roba nas arias vai pro saco!” Grafia pichada no muro na Rua José de Lima Luz, no Centro de Palmácia.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2022.

Aos poucos o costume de ir a Praça Padre Perdigão Sampaio foi dando lugar a outros ambientes de interação. Deslocou-se para outras ruas as práticas juvenis

com a chegada de *LAN house*, de novas videolocadoras e do sinal de operadora telefônica no final de 2008. Em seguida, deixou-se de ocupar este espaço público após sua reforma, vislumbrada por muitos moradores como desnecessária por alterar toda a estrutura física, histórica e simbólica da praça, que renegou memórias e afetos que a sustentava, e, assim, ocasionou uma descentralização do Centro: deslocamento de comércios e festejos carnavalescos e juninos para o Calçadão depois da recente requalificação da Praça 7 de Setembro, em que se exige outra relação de traslado das juventudes que moram na zona urbana e rural.

Atualmente a locomoção é realizada, na maioria das vezes, de moto ou no carro de um amigo, caso o destinatário se encontre distante ou já esteja “tarde da noite” – expressão dada quando se ultrapassa 22h –. Pode-se fazer o percurso a pé ao zanzar pelas esquinas das ruas demarcadas pelas vestimentas, vozes estridentes, acenos, unhas pintadas, usos de capas para *smartphones* e variados estilos de músicas provindas de pequenas amplificadores de som.

No horário noturno, agrupam-se na Praça 7 de Setembro diversas turmas com seus modos de ser: a turma da igreja – e aqui se ressalta do advento do protestantismo neopentecostal –, da galera do futebol, da série da escola e de jogadores *mobile* – nome fornecido aos jogadores que se aventuram em jogos eletrônicos projetados para *smartphone*, tais como *Free Frie*, *Minecraft*, *Fortnite*, *Among Us*, *Call of Duty: Warzone* e outros. Todas interconectadas em complexas redes de interação digital e presencial, com práticas nômades e insurgentes que distinguem desde uma alegoria contida na blusa até um furo na orelha, da maneira de falar e gesticular com as mãos.

É notório que há mares de conflitualidades entre as turmas e seus membros internos, porque os conflitos são inerentes às sociabilidades juvenis. Em contrapartida, há relações mútuas que promovem a resolução de algumas rixas, especificamente se o jovem tiver algum membro batizado em alguma facção, e que a mesma não seja rival, ordenando as relações intergrupais.

Há constantes interações de membros de uma turma para a outra de característica antropofágica e nômade. Devora-se outros estilos, regras e atitudes conforme a flexibilidade de cada turma. Ao tomar como modelo a Mariana, observa que a mesma consegue performar dos jogadores *mobile* até o grupo das feministas e

conversar com alguns colegas faccionados, em grande maioria adolescentes. Enquanto outra interlocutora-chave, a Geovana Castro, com certo grau de astúcia e molejo, ergue a bandeira do grupo das poucas mulheres trans e travestis moradoras dos bairros que apresenta maior presença de casos de mortalidade violenta. Geovana é uma agente de mediação de conflitos, que mesmo na condição de dissidente de gênero, promove uma relação mútua de respeito e camaradagem também com colegas faccionados. Ela consegue fazer com que alguns jovens da sua comunidade entre em práticas esportivas e artísticas e, ao mesmo tempo, valorizar a escola, por mais que a organização criminal vigente na cidade, a CV, determine que seus recém membros juvenis permaneçam na escola e não ousem fazer venda de drogas nos corredores ou banheiros da instituição escolar.

Nota-se que Mariana e Geovana constroem sentido de comunidade e pertencimento, em que afirmam suas subjetividades e singularidades na interação de si e com o outro, na mobilidade do rural ao urbano, virtual e presencial, de conflitualidades, do armamento e da violência. Sarason (1974) destaca que o pertencimento é um sentimento associado a uma rede de suporte mútuo, por meio de colaborações conscientes em prol de um objetivo e de manutenção da interdependência entre sujeitos. Enquanto Barbosa (2020, p. 39) aponta que

[...] este pertencimento demarca o que faz parte da comunidade (o que está dentro), e também o que não faz parte (o que está fora), existindo limites assegurados por território emocional e/ou físico de quem faz parte e de que não faz parte do grupo.

Aqui se apresenta o conceito de sociabilidade juvenil a partir do processo com si e o outro, bem como no contexto dialético entre rural e urbano, em que se configura os significados simbólicos que surgem da interação e na confluência da construção de si (do *eu*) na interação e percepção simbólica de mundo (MORTENSEN, BARNLUND, 1980) e de como alguns lugares (por exemplo, a praça) predomina um sobre o outro, todos interconectados por ruas – mas quais ruas? Ao caminhar pela Rua Monsenhor Gumercindo Sampaio que dá acesso à comunidade periférica Pinga, pelas ruas São Francisco e Rua Timbaúba que fornece entrada na comunidade Rua da Palha e na Rua Clementino Rodrigues Campelo que abre passagem até a comunidade rural Caboclos, observo que todas levam a ondulantes travessias que as juventudes fazem entre becos e vielas, ora de barro e ora entrecortadas por

quebradiças calçadas de pedregulho e córregos [imagem 10]. Ou por outras urbanidades através da internet e redes de comunicação digital. Este processo possibilita formular suas práticas perante experiências vivenciadas.

Imagem 10 – Viela de barro que dá acesso à comunidade rural Caboclos.



Fonte: Arquivo fotográfico próprio. Ano: 2022.

Mas a praça não é o único elo que os conecta para representar e presentificar suas existências. São seus percursos, ora ritualísticos, seguindo um roteiro de quais logradouros podem caminhar, e ora antropofágico e cibernético por abichar signos e símbolos para marcar suas identidades, e também improvisados pelos becos e pelas vielas, que se observa práticas insurgentes. E ao tecê-las em incursões etnográficas, permite compreender a dicotomia e dialética do “interior” urbano-rural da cidade e seus arquétipos de corpos, circuitos de conflitualidades, interações e agências juvenis, mesmo em contextos de sociabilidade violenta.

E quando se fala sobre características similares às dinâmicas das regiões metropolitanas ao tomar como foco a violência, notadamente a mudança dos seus indicadores e o aumento do perfil dos casos de mortalidade contra jovens negros, de baixa escolaridade e residentes de comunidades periféricas, o mesmo apresentando nos relatórios *Trajetórias Interrompidas* (2017) e *Cada Vida Importa* (2019), do Comitê

Cearnense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, os percursos juvenis se modificam. Não é qualquer rua que se pode adentrar. Não é permitido falar com pessoas facionadas de outra organização criminosa. As demarcações territoriais se envolvem mais áspera.

O percurso das juventudes que parecia ser uma sinfonia polimórfica permeada de conflitualidades, agora é cada vez mais paradoxal. E as práticas na cidade se restringem ao isolamento, na maioria das vezes angustiante. Como diz na frase já mencionada de Mariana: “[...] uma certa forma eu precisava sair. Porque se eu ficasse em casa iria surtar”. Contraponto à narrativa da progenitora, a adolescente lembra que “[...] devido a violência minha mãe começou a ficar mais neurótica. Dizia que eu não podia sair.”. Nesta dicotomia ocorre um processo de criminalização das práticas sociais na qual a dimensão pragmática é a criminalização de práticas juvenis. Isto bloqueia, não de forma unilateral e geral, as juventudes de (re)construírem telas inquietantes de si, dentro de uma estética e ética divergente. Como enfatiza Diógenes (2006, p. 114), de “criar novos marcos, desfaz linhas costumeiras de segmentações”.

Ao perceberem a forte presença da violência, e de caráter letal, o sentido de pertencimento de sair de casa no período noturno e aglomerar-se na Praça 7 de Setembro vai se esvaindo, e dar lugar às angústias, dores, aflições e a outras formas de sociabilidades atravessadas pela que se agenciando em espaços de desigualdade social e extrema pobreza, transcorridas por embates interpessoais, disputas entre organizações criminais, conflitos com a polícia militar, violação dos direitos humanos e de violência doméstica e sexual sofrida dentro dos lares.

E por mais que se observe outras rotas de interação e sociabilidades por meio das redes sociais digitais, os efeitos sociais da violência na cotidianidade se apresentam dolosos: além do sofrimento psíquico, também se escancara as feridas sociais nos espaços imbricados do urbano e rural. O corpo ainda se encontra amarrado aos distúrbios do medo e, na maioria das vezes, angustiado, sofrido. Há a violência que chega e atravessa, e problemas de conflitos sociais que é necessário conviver.

CAPÍTULO 3: NA OUTRA MARGEM DA RUA: MARGINAIS, DELINQUENTES E DESVIANTES.

E na saudação percebia-se inusitada
descrença de que um novo dia pudesse chegar.
Disse-lhe em alto e bom som: vá depressa! Vá!
Mas antes, ver se não perde essa chance de brilhar.
Como tal, sem muita espera, antes que interrompam as suas
“desafinadas” sinfonias periféricas.
Na correria que seja previa a continuidade, quase ou sempre na
necessidade.
Mas sempre esperando que a vitória desta lista faça parte.
(Jardeson Meneses, 2020).⁷

Tessituras de um campo em conflito.

Uma sala e cadeiras de plástico encanecidas. Na espreita, dois orientadores sociais esperam a chegada dos adolescentes vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), denominado de ATITUDE – é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que realiza acompanhamentos, atendimentos e múltiplas atividades temáticas em grupo para adolescentes de 15 até 18 anos de idade, vinculados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Na parede há cartazes que trazem extratos de leituras, talvez recortados de jornais ou parafraseados de livros. Ouvem-se passos. Os orientadores se entreolham. Nesse momento percebo que não sou o único que está com as mãos trêmulas. A imagem da sala agora encontra-se cheia de jovens. Há uma tensão no ar.

Em círculo, se agitam como se quisessem firmar um estado de desconforto, quando o olhar dos orientadores não ousava se debruçar nos ruídos que havia no

⁷ Poema sem título escrito pelo jovem negro e poeta marginal, Jardeson Meneses, ex-morador da comunidade Rua da Paz, em Palmácia.

desconforto, tal como Roland Barthes, após longos anos, retoma aos ruídos mecânicos da máquina fotográfica relevando o barulho do Tempo (BARTHES, 1984, p. 30). O que era evidente: as cadeiras em círculo logo foram ajustadas para compor o seguinte campo minado, entre meninas e meninos:

1) de um lado tinha os novatos e do outro os veteranos. Os que tinham histórico de laços afetivos ou algum membro familiar na turma, conseguia interagir com os veteranos;

2) entre os recém-chegados, principalmente os que traziam arquétipos corporais como marcas de tatuagens feitas com óleo de caju ou nódoa de material orgânico, brincos, *piercing*, relato escolar de “valentão” ou uma espécie de boletim de “notas vermelhas” – que expressa um conjunto de comportamentos denominado de desviante ou rebelde por não cumprir as regras estabelecidas pela instituição escolar – e, por fim, os encaminhados pelo Conselho Tutelar e o Fórum, classificados de “adolescentes em conflito com a lei”, eram denominados, em atitude ofensiva, de moleques e marginais. E estes encontravam-se na outra margem da sala, no “fundão” – que se concentra no fundo de um espaço.

Tentando contornar a situação, após frustração da organização das cadeiras em círculo, e posteriormente, darem início às atividades planejadas, os orientadores perambulavam para lá e para cá. Soltava sorrisos marotos, como se quiséssemos que alguma desavença que rondava a sala fosse deixada de lado, pelo menos naquele momento. Alguns adolescentes justificaram a sensação de desconforto por estarem fatigados da rotina escolar.

Quando pediram para desenharem sobre suas experiências e vivências, o campo mostrou-se uma arena mais hostil: a ferocidade de risos e falas desdenhosas eram ditas por alguns veteranos pelo fato de os moleques terem ilustrado folhas de maconha. Os moleques logo revidaram assumindo uma postura de afrontamento e punhos cerrados. Sabia-se o que estava por vir caso os orientadores agissem no anseio de mediar as efervescências das emoções e os impulsos de agressividade.

A reação que tiveram para mediar a situação foi demonstrar que aquelas folhas de maconha faziam parte de uma cultura *rastafari* no âmbito musical e que ninguém ali presente, poderia discriminar os autores do desenho. Contudo, as tensões continuaram no decorrer da atividade. Ao encerrarem o primeiro ciclo de trabalho e já

retirando-me para voltar para casa no intuito de finalizar umas anotações do campo, lembro que o porteiro assobiou, chamando-me às escondidas para dizer que aqueles jovens dariam problema pois eram os maconheiros, os marginais: os desprovidos de conduta moral, que consomem ou trafica maconha e que vivem nas margens (bolsões de pobreza). A mesma postura se aplica aos olhos vigilantes e punitivos de outros moradores que acompanha de forma dura as andanças desses jovens nos becos e nas ruas. Por meio de gestos de desdém, os coisificava e os julgava numa pândega de vândalos, baderneiros, sem lei.

Esta postura alicerça uma constante cena social discriminatória, e que se vela seus elementos constitutivos. E os veteranos aqui descritos representam, num campo de conflitos, as mesmas funções dos papéis dos moradores de rotulação de jovens que não se enquadram nas regras, normas e condutas socialmente aceitas e naturalizadas pela sociedade. Todos permeados por zumbidos preconceituosos que proviam da rua para a casa e da casa para a rua, atravessados pelo fenômeno da disseminação e “interiorização” da violência, e da acumulação social da violência na região. Para Becker (2008, p. 17), este procedimento de rotulação, que se faz por meio do julgamento que uma pessoa faz da outra e do processo pelo qual se chega e comete o julgamento, é feito porque todos estão intimamente envolvidos com o fenômeno.

E por mais que a cotidianidade daqueles jovens se intercruzassem pelos corredores da escola, é ao caminhar com os mesmos pelas ruas, becos e vielas que os que moraram em territórios urbanos periféricos, como as comunidades Caneco Amassado, Pinga, Rua da Palha, Vale das Goiabeiras e Beira Sol, carregam o emblema de moleque – do dialeto africano *kmbundo*, o *mu’leke* (“filho pequeno”). Esta expressão no Brasil colonial começou a se embrenhar de forma ofensiva ao assumir um significado pejorativo, devido ao preconceito existente contra negros escravizados, e que na contemporaneidade se alastra e correlaciona com a categoria marginal e maconheiro para rotular jovens negros.

Os rótulos que assenta os jovens como desviantes (BECKER, 2008), demonstra a maneira pela qual os moradores deslindam a ambiência turbulenta e excludente de Palmácia, com seus tipos urbanos subalternos, com a desigualdade e exclusão social, conflitos interpessoais e rixas entre facções. Coloca-se os modos de ser desses jovens da periferia local como sujeito suspeito. Do corpo impregnado de

sujeição evidenciada na pele, especificamente quando os jovens presentes são negros e negras. Vivem suas experiências sempre na margem, em farrapos. E na sala em que ocorre a atividade do ATITUDE a divisão ainda continuou ferrenha. Os moleques ainda ocupavam o fundão da sociedade e poucas são as interações com os que não carregavam esses marcadores no corpo, na fala, nos gestos. O longo relato abaixo de um jovem palmaciano corrobora como as juventudes vivem sob processos de rotulação sem ter algum vínculo com alguma organização criminal, e que se intensificou na última década:

[...] caminhar pelas ruas ficou perigoso. E também a roupa que você veste, porque eu sou prova disso. Eu sempre usava um casaco verde com capuz. Não sei nem onde tá esse casaco. Acho que o joguei fora. E gostava de andar com o capuz para cima e fones de ouvido. Foi na esquina da Beleva [mercantil] que a polícia deu a *batida* por meio daquele som de sirene. A luz na minha cara. Vieram para cima de mim. Aí revistaram. Sem eu entender o porquê. Mas disseram que eu não deveria andar de capuz na cabeça porque poderiam me confundir com algum meliante. Disseram que eu andasse com o capuz para trás ou sem o casaco. [...] E aquilo me marcou. Nunca fiz nada contra a lei, entende. [...] É uma evasão corporal que você não sabe controlar. (ENTREVISTA GRAVADA no 28-09-2020).

Ocorre o que Misse (1999) e Barreira (2013) analisam como criminalização das práticas sociais juvenis. Para se ter arcabouço dessa noção elencada por estes autores, observa-se que os orientadores, juntamente com professores, conselheiros tutelares, líderes comunitários, produtores culturais, facilitadores de esportes e outros profissionais da assistência e saúde, enfrentam uma nova avalanche de problemas sociais e de como lidá-las de maneira dialógica, intersetorial e contextual, porque a sala é uma das representações dos dramas sociais que ronda a cidade: a rotulação das práticas das juventudes em contextos periféricos e o fenômeno da violência, marcada por uma dinâmica excludente de sujeição criminal.

O corpo à beira da existência: discriminação, estigmatização e exclusão.

Este aumento da violência contra juvenis negros em contextos periféricos possui uma forte relação sócio-histórica de genocídio da população negra (NASCIMENTO, 1978), que caminha junto com disputas territoriais de mercado de

drogas e armas; com a instalação, expansão e dinamização das organizações criminais – com novas nomenclaturas que leva em instancia elementos sócio-históricos daquela região, por exemplo, os Massa, que ainda é subalterna aos códigos da CV –, a deficiência de políticas públicas de controle do crime, proteção social e de processos de mediação de conflitos.

Se o corpo é parte do processo de sociabilidade, mapa cultural, interações afetivas e signo das relações sociais, os corpos das juventudes nesse contexto trazem textos que os submete à espaço de segregação e de sujeito suspeito, atrelado a um processo de sujeição criminal (MISSE, 1999; 2010) a partir da produção e reprodução de discursos interpeladas pela prática ostensiva da polícia, pelos códigos que operam as leis penais e pela mídia, especificamente de telejornais de cunho policial, cuja moralidade punitiva se expande para esfera pública devido uma postura sensacionalista e, de tal modo, reverbera numa realidade recortada pela extrema violência. Constrói-se um intrincado hipertexto emblemático e engendrado pela desigualdade que recai para os moradores da periferia. Estes discursos colocam, historicamente, as juventudes negra e da favela na linha de frente do tráfico de drogas e armas de organizações criminais, nos enfrentamentos entre facções e com a polícia e o aumento homicida, tal como aconteceu nos casos de Marcos e Alfonso.

Entorno dessa problemática aciono Abdias Nascimento (1978) para examinar os casos de mortalidade violenta num pilhar tênue que se interliga com a colonização e escravização dos povos negro-africanos e afro-ameríndios. Nesses casos há aspectos de racismo velado e estrutural, que configura práticas violentas e de crueldade mediante vários mitos que dar-se pelo paradigma inflexível da concepção de democracia racial no Brasil, que funda uma inóspita, ilusória e “pacífica” relação racial provinda da miscigenação. E, também, o mito da influência humanizadora da igreja católica e suas fraternidades, das distorções das disputas de grupos étnicos africanos numa falseada cooperação da escravização negra pelo atlântico sul e do colono como um desbravador civilizado, generoso e benevolente (NASCIMENTO, 1978, p. 50). O processo de colonização é um odioso empreendimento etnocídio, em

que o colono branco, ininterruptamente, a camuflou perante um discurso civilizatório da modernidade⁸.

Para Césaire (1978, p. 25), a colonização é igual a coisificação, estritamente, do corpo, da raça e da vida. Essa avalanche de coisificação e deterioração, que ocasiona sofrimento social e desvalorização de si, resultado de uma tripla perda, esvaziamento e fragmentação da existência negra, que se faz entre e sob a pele: “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político” (MBEMBE, 2016, p. 131). O esvaziamento só é possível nos processos de coisificação e figuração em que se ocupa um lugar fantasmagórico (MBEMBE, 2014, p. 224). Neste lugar eclode a imagem de um sujeito escravizado, ligado a figura do marginal, moleque e delinquente. Do sujeito desviante em que seu o corpo se encontra fadado ao tráfico, ao decompor-se por meio da agonia, no serviço do aluguel do outro e a viver de farrapos. O corpo está “vivo” e convive na medida em que seus órgãos se exprimem e funcionam na restituição de um preço. O corpo torna-se um conjunto paradoxal de alegorias, signos e símbolos denominados pelo olhar do outro.

Para fugir dessa imagem mortificada, alguns moradores assumem reproduzir uma cultura da violência legitimada pelo Estado moderno, massacrando sua própria população, ou começam a aderir ao autoritarismo, as posições salvacionistas e ao processo de branqueamento que é uma postura disfuncional do *ser*, entregam-se ao servilismo. Assim, a triplica morte que sustentou o sistema colonial (CÉSAIRE, 1978; MBEMBE, 2016) como uma das formas de epistemicídio que intoxica as artérias do corpo e da alma, ainda continua enraizada nas relações sociais brasileira em caráter sistêmico da produção da morte negra. E que inviabiliza a possibilidade de colocar em pauta elementos ativos, e também viscerais, do vasto campo das identidades nômades de jovens negros na contemporaneidade. E as condições precárias e brutais que as juventudes estão inseridas, comprometendo o desenvolvimento físico, psíquico e social (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 335). De tal modo, ocorre o esgotamento da existência.

⁸ A partir de uma perspectiva contra-hegemônica, alicerçada num *corpus* epistêmico e metodológico de uma rede estudos sobre negritude, que o poeta e cientista político, Aimé Césaire (1978), expõe as entranhas da falácia europeia sobre a noção de civilização e modernidade. Desponta o que há nas tapeçarias dos costumes do colonizador nas relações e estruturas sociais, com suas próprias lógicas de extermínio e a violência como marca cultural para manter e sustentar a servidão, assimilação e repressão que atravessa toda a vida de negros e negras.

E o Estado, que deveria assumir uma postura de garantias de direito, produz e reproduz formas legítimas de controle num aspecto punitivo e, concomitantemente, uma postura racista, pois estabelece “os que devem viver e os que devem morrer, hierarquizando, portanto, o corpo da população” (BARROS, et al., 2017, p. 1056). Esta lógica de controle social em relação de quem tem o “direito de matar” e “deixar de viver”, Mbembe (2016), alerta que caminhamos para o necropoder – é resultado de experimentos de biopoder – tendo como foco o negro, as etnias indígenas, a população dissidente de gênero e sexualidades e outros grupos em condição de vulnerabilidades.

Nesse ínterim, os assassinatos em Palmácia e os processos de rotulação de jovens faccionados ou não-faccionados é resultado de discriminação e estigmas sofrida pelas juventudes negras em espaços periféricos. Nessa circunstância se revela as cavidades, as frinchas e os silenciamentos contidos no preconceito que a maioria dos habitantes de outros bairros ou moradores do mesmo do espaço favelado reproduz para segregar, mortificar. Para os policiais militares, que perambulam pelas ruas e becos, e chegam nas cenas do crime, na maioria das vezes, após longas horas do caso ocorrido, por exemplo, as mortes de Marcos e Alfonso, delineia uma estatística letífera inevitável: de sujeito suspeito, marginal, moleque e envolvido, levando-os à morte. Como se todos tivessem sido submetidos a esta premonição fatal. Desse modo, há um quebra-cabeça árduo de se decifrar, que trouxe à tona nova gestão do crime e também outras roupagens de disputas de organizações criminais.

Estas roupagens não se reduzem ao monopólio do tráfico de drogas e armas de fogo na região. Não se sabe ao certo, mas a fuga daqueles que estavam marcados para morrer, no caso descrito que ocorreu com Marcos, pertenciam a GDE, e o trucidamento do jovem simbolizaria um ritual de mortificação, perseguição e controle social cuja intenção simbólica e letal traçaria o rumo dos que se posicionam contrários a chegada de outra facção na cidade, o CV. Além disso, Palmácia se encontrava numa linha “cruzada de fogo” – no meio de espaços de disputa –, porque as cidades circunvizinhas, Redenção e Pacoti, já eram administradas pelas dinâmicas do CV. Essa gestão fez com que a cidade, localizada num primíssimo espaço de fugas, de desigualdades e escassas políticas públicas que acione ferramentas de resolução, redução e combate/enfrentamento da violência, fosse desterritorializada e, portanto,

mapeada e ordenada por um poder simbólico e de outras formas de sociabilidade violenta que pertence aos códigos que regem o CV.

Para assinalar os noviços territórios conquistados com o uso da força e da crueldade (o uso da decapitação e cadeado na boca no caso exposto na tabela 1, do capítulo 1), placas, casebres e alguns muros, recebiam a sinalização e codificação da sigla CV pinceladas de vermelho e preto, excitando a reprodução efetiva de organizações criminais na região que se dá

[...] a partir da existência de uma rede social, dos seus códigos e do segredo do seu funcionamento, e, por outro lado, pelo medo e pelo silêncio imposto à sociedade. Reproduz-se, também, pela debilidade dos poderes públicos, através de acordos e negócios ilícitos com o poder político e econômico. (BARREIRA, 2006, p. 51)

Nesse jogo de disputas, que aloca as juventudes como os atores mais frágeis nesse panorama, Palmácia não era vislumbrada como um pretensioso mercado de circulação de drogas e armas, porque parecia demonstrar ser um capital anêmico nesse quesito, comprado nas metrópoles cearense. A cidade aparece dentro de imaginário e narrativas emblemáticas que se interligam, e exige maior agenda de investigação: 1) por ser uma região de múltiplas vielas, estradas escorregadias e trilhas de barro onduladas e difíceis de serem administradas pela ordem do Estado, no âmbito dos agentes que fomentam a segurança pública, facilita fugas dos atores envolvidos no crime, que não se reduz a membros afiliado a organizações criminais; 2) há instalação temporária desses atores que se escondem nas comunidades periféricas, ora nos sítios e chalés ou ora em casas abandonadas na zona rural (caso tenham algum membro da família ou esteja batizado). É um espaço não suspeito porque se apresenta como uma cidade amena, pacata e bucólica.

Este imaginário oculta os conflitos sociais e intensifica as desigualdades que regulamentam a estrutura social das cidades interioranas. E 3) há precarização da estrutura organizacional da segurança pública, impossibilitando atuações eficazes de resolução de conflitos e a construção de políticas públicas de segurança pública de cunho unificado, intersetorial e contextual. A precarização fragiliza outras instituições públicas, tais como a escola e os equipamentos de proteção. Em outro ângulo, ativa ações autoritárias e ostensivas quando alguns conflitos acirram e ganham grande proporção ao desviar-se da percepção de controle e ordem.

É desafiador para o pesquisador tecer os fios desse fenômeno através de um olhar crítico e reflexivo, mormente quando desbravar esta seara exige, como sugere Weber (2004), astúcia e destreza para desprender-se de prenoções. Assim, encontrar correspondências de sentido historicamente relevantes sobre o fenômeno social. Mas como e por onde caminhar quando se vai moldando na prática este olhar-sentindo que constitui a incursão etnográfico da pesquisa, e quando o campo e seus agentes da cena, inesperadamente, se cerram com a chegada de um vírus (a covid-19) que coloca à tona as mazelas em escala nacional e global?

Nuances do campo: traçando truques.

O período pandêmico da covid-19 modificou o campo de atuação. Todas as atividades tiveram que ser paralisadas por um tempo indeterminado. O pré-roteiro de pesquisa, juntamente com as cadências que possibilitam imersões na cidade, tomaram aspectos limitadas por que o medo, a angústia e a incerteza penetraram as vias dos interlocutores-chaves da pesquisa, que não se viam ocupar seus espaços costumeiros.

O campo com as suas valências abertas a investigação rapidamente tornou-se restrito para as caminhadas, cerceando quaisquer linhas de observação participante, de estabelecer novas relações e de passagens de escuta profunda, porque o temor do desconhecido que assolava os cidadãos fizera as ruas permanecerem desérticas. Os escassos rangidos de carros, bicicletas ou motos logo despertavam calafrios. As portas das casas permaneciam fechadas. Os sussurros eram mais especulativos sobre as diversas disseminação do vírus e das maneiras de como se proteger. Nas prenotadas idas ao mercantil e a farmácia, observava-se feixes de luzes saírem pelas venezianas. Vivia-se uma visão fantasmática da vida cotidiana. Palmácia tomou esta proporção quando o Boletim Epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde de Palmácia notificou a confirmação de 7 casos de covid-19, no dia 7 de maio de 2020. Antes dessas confirmações, a maioria dos moradores descumpriam as medidas de isolamento social e as ações básicas de prevenção, como o uso de máscara, álcool em gel e lavagem das mãos com sabão líquido. Soma-se a esta turbulência, os pontos em torno da saúde mental e física. Houve um aumento no sofrimento psíquico, como

a intensificação de crises de ansiedade provinda em grande escala das juventudes, que fez adiar o trabalho de pesquisa e as constantes idas ao campo.

Mas quando acontecesse a “reabertura” gradual da pesquisa no campo, que outras estratégias teriam que se fazer para criar espaços de aproximação mediante as dificuldades e das sequelas da covid-19? Que truques deveriam ser criados para sanar estas dificuldades?

Nesse contexto, o campo, não preso à dualidade, mas dialeticamente conflitante e fluido, acabou se endurecendo e se tornando imprevisível. Criou-se largos muros para atuação da pesquisa e sem prazos para retorno, se mostrando cada vez mais paradoxal e, emblematicamente, desafiador. Desse modo se fez necessário formular outras cinesiologias e aderir às nuances do campo digital que perpassa a vida juvenil, trazendo à tona um espírito crítico e formativo de caráter reflexivo. Ou como dizia Becker (2007, p. 11), compor truques de pesquisa, que

[...] são maneiras de pensar sobre o que sabemos ou queremos saber que nos ajudam a compreender dados e a formular novas questões com base no que descobrimos. Eles nos auxiliam a extrair o máximo de nossos dados, expondo facetas do fenômeno que estamos estudando além daquelas em que já pensamos.

Conduzir a novas formas de relatar o universo das ocorrências pertinentes até a criação de novos problemas, novas possibilidades de comparar casos e de inventar novas categorias (BECKER, 2007, p. 12). E, simultaneamente, assumir um caráter crítico-reflexivo sobre o inesperado, que exige maior domínio técnico, olhar atento às ocorrências e destreza epistemológica e metodológica. Ou seja, de um manejo de pesquisa enquanto artesanaria (BECKER, 2007; MILLS, 1969). Truques que possibilitem desencadear aberturas astutas “[...] de janelas da percepção daquilo que se forma, se enlaça no campo aparente das ‘pequenas coisas’” (DIÓGENES, 2011, p. 42). Não é este o chão de um viver e fazer pesquisa em caráter antropológico e sociológico? É indispensável “[...] dobrar-se sobre si próprio e deslocar os lugares do saber para acolher encontros com o inesperado [...]” (MENEZES, 2020, p. 46). Desdobra-se no vivido e re-fazer as categorias que terá como meta des-brotar também do chão da cidade. Como fala a Mariana: “Temos que ter pé no chão! Se desdobra aí!”. Deve-se fazer acontecer perante uma dificuldade ou um problema.

Ter esta firmeza num nível de concretude faz com que os truques não se atêm, excepcionalmente, a teoria, mas permite que nasça e dance na prática, assim possibilitar dialogar entre estas duas atitudes, e que ambas exigem empenho e dedicação para ter sacadas e compreender a construção de novas práticas das juventudes que não se limita em dizer como a vida é, mas sim, como ela pode vir a ser, no banal da vida juvenil. Na cotidianidade do seria dito como irrelevante. O peso dos conceitos poderá tornar-se uma venda aos olhos. Quando Diógenes (2006) diz que as juventudes são as vitrines das tensões sociais, aciona rupturas que colocam à tona questões intrincadas a ser digeridas e permeadas pelo tempo-espço da pesquisa. Não se deve deixar engessar.

Esta atenção me fez permanecer cauteloso com as linhas que desenharam o objeto e também as entrelinhas que perpassam o campo como corte e recorte de uma realidade investigada perante um fenômeno e problemática. Principalmente o campo conceitual de estudos das juventudes, que exige, conforme Diógenes (2006, p. 104), necessidade contínua de decifração, porque “[...] representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos.” E abrir espaço para relatar sobre estas nuances é um processo que não pode ser deixado de lado. Revelar as aflições não desqualifica o fazer pesquisa nessas dimensões. É esboço de uma tomada da afetação que constitui em si as múltiplas abordagens etnográficas (DIÓGENES, 1998; ANTUNES, 2015; ANZALDÚA; 2015; MAGNANI, 2009) em que o pesquisador é, consoante Diógenes e Sá (2011), ventrículo de falas e expressões dos agentes da pesquisa.

A análise sobre o fenômeno exige e faz emergir, a cada passo, uma prática artesanal capaz de rasgar o céu daquilo que seria evidente, irrelevante ou não dito. Mostrar impulsos de inquietação, petulância e astúcia. De um espírito funâmbulo, e que teria como meta a capacidade de descortinar os mistérios do mundo social e de ficar atento aos ruídos da vida, tal como Roland Barthes (1984, p. 30) enuncia na obra *Câmara Clara*. Destrinchar, vagarosamente, o mosaico que é as juventudes, e rediscuti-la como um tear de conflitualidades em contextos de violências, tanto como uma zona e interzona de experiências e vivências.

Outros percursos das juventudes em/na rede: ensaios entre mundos digitais e práticas marginais de resistência nas vielas.

- “Vamos *rushar!*”
- “Cadê o *squad?*”
- “Tá *miado!*”
- “Agora sai o *BOOYAH!*”

Acima algumas das expressões que ilustram o vocabulário das juventudes que se aventuram numa outra configuração de interações digitais, denominados de jogadores *mobile*, ou caso desejam se profissionalizar recebem a nomenclatura de *gamers* ou *pros players*. Todas estas denominações assumem uma função de *performance* e elogio aos que se dedicam aos jogos eletrônicos, agenciando a presença de outros atores sociais. Estas cinco expressões corriqueiras no jogo *Free Fire* parecem ter uma intensa e intrincada rede de significados e sentidos quando ousa navegar, enquanto truque de pesquisa (BECKER, 2007), no mapa digital das práticas juvenis, em decorrência do agravamento da pandemia da covid-19, e que o campo ficou restrito. Um universo permeado de símbolos, códigos e sistemas que trilham as experiências e vivências das juventudes na contemporaneidade. Em outros arquétipos que edificam a cidade. Uma entrevista com o antropólogo Magnani (2012) sobre a etnografia e o fazer etnográfico não como um método ou uma mera ferramenta de pesquisa, realizada por Jânia Perla, aponta que

Não dá mais para pensar a cidade isolada; é preciso encarar sistemas de cidades e a agência de novos atores sociais que entram em contato não apenas com o contexto urbano em suas circunscrições geográficas, mas com a urbanidade através da internet, dos meios de comunicação. As redes, virtual e presencial, se comunicam. (MAGNANI; AQUINO, 2012, p. 177).

O *Free Fire* surge de forma acanhada perante esta conjuntura de urbanidade contemporânea. A cidade é um emaranhado de fios que tecem as redes urbanas e rurais a partir dos fluxos e fluidos de pessoas, práticas culturais, mercadorias, capitais e informações, em múltiplas variações de interação e socialização no tempo e espaço. Pensar em redes é acionar o que Elias (1994, p 31) analisou de reconfiguração

organizacional, de natureza transformacional e de “interação contínua de relacionamentos com outras pessoas”. Conforme Elias (1994), a rede é uma teoria da reelaboração e de integração das teorias sistêmicas e estruturais. E ela não se encerra no seu sentido particular dentro de um modelo sistêmico funcional durkheimiano, que é um modelo reificado do sistema social.

Em outra obra de Elias (2011), a rede é permeada de valências enquanto sistema de redes transformacional, de redes de relações, de agência de indivíduos interconectados, cuja força se faz nas agências e das práticas afetivas, tanto nas crenças que empaca, estabiliza e modela os fluxos (o agir) e no desejo (o seguir avante, a vontade de potência, de natureza processual). Considerar o *Free Fire* dentro e diante dessa rede de redes como um circuito de relações e interações das juventudes, em caráter individual e intergrupar, é ininterrupta e de pertencimento à realidade vivida. Um achado de pesquisa que brota de uma nota no diário de campo vislumbrada como irrelevante, e nele se apresenta configurações de sociabilidade que se fazem no controle e autocontrole, de atuação reflexiva.

Nas imersões realizadas a partir de janeiro de 2020, que algumas ruas próximas a praça 7 de Setembro são ocupadas não apenas por constantes cliques, uma luminosidade que agita os olhos e sininhos de alerta que notifica a chegada de novas mensagens no *Instagram* ou *Whatsapp*. Em tela horizontal, os *smartphones* propagam sons de tiro de armas de fogo, recarga de munição, alerta de sirenes que anunciam que a zona de gás estas fechando, e uma constante agitação no corpo que produz sensações de prazer caso os jogadores ganhem uma partida – chamada de *BOOYAH* –, ou a chateação e frustração caso a perca.

Estes jovens jogam nas calçadas, nos corredores da escola, intervalos das atividades socioassistenciais do ATITUDE, no pátio do CRAS, na esquina dos becos ou na praça 7 de Setembro (usando uma espécie de internet pública disponibilizada pela gestão municipal). Marcam *rolés* (o mesmo que zanzar, preambular e volta rápida) e zoeiras na praça 7 de Setembro para se exibirem, ostentarem e presentificar seus códigos, anunciando que não conseguem ficarem amordaçados dentro de casa por muito tempo devido ao medo das manifestações da violência na cidade, mas escolhem, de modo rebelde, se aglomerarem no banco de madeira da praça para jogar *Free Fire*, e sem o uso da máscara ou muitas vezes se encontra sobre caída no queixo, exclamam suas jogabilidades, performance e domínio técnico das partidas.

Mas os principais encontros de partida ocorrem nos seus quartos cobertos por fones de ouvidos e deitados na cama ou no sofá, em que tive que também sentir essa sensação de jogar o *game* nessas circunstâncias viciante e morna. O *Whatsapp*, o *direct* do *Instagram* ou a plataforma *discord* – aplicativo de voz projetado para as comunidades de jogos – funcionam como ambiente de agendamento das partidas e formação de *squads* (um time de 4 jogadores) que duram longas horas.

Admito que por bastante tempo resisti em não navegar o jogo por dois motivos:

1) relutância que ao percorrer este caminho digital não fosse potencialmente etnográfico;

2) e como compreender os efeitos sociais da violência num jogo que “incita” a violência, mas para os membros é mais como um vasto recinto de interações e sociabilidades.

Para Batista, Quintão e Lima (2008), os jogos além possibilitar a resolução de problemas e tomada de decisão, incita o autocontrole e a autoconfiança ao vivenciar regras que transparecem nos grupos, turmas e comunidades que residem. Caso não as cumpram são retalhados. E há, também, consequências quando se torna um vício que veta o convívio social e contato humano, intensificando sintomas de insônia, indisposição física e mental, cansaço visual e problemas posturais, tais como cifose e escoliose. Mas a atenção sobre o *Free Fire* é destrinchar como estas outras interações afetam práticas e agências juvenis na cidade atravessados pela violência.

Miller e Slater (2004) salientam que etnografia no campo digital é mais moldada pela escolha metodológica sobre o que constitui o contexto e os objetivos específicos. Deve-se mostrar perspicácia. Sair das zonas de conforto. Saramago (1998, p. 09) diz “que é preciso sair da ilha para ver a ilha, não nos vemos se não sairmos de nós.” Então deixei de lado as prenoções que me esbarrava navegar no jogo, e o baixei no *smartphone*. Quem primeiro me orientou nos comandos foi Mariana, que era conhecida pelo ID (identidade ou código atribuído a cada jogador) Medusa. Ela sabia da minha inexperiência e fragilidade nesse formato de jogo, em que a mesma ria, debochava e também ficava impaciente com o meu despreparo ao participar de uma partida, sobretudo nos minutos finais por não possuir o domínio técnico de tiro necessário para aquela jogabilidade. Mas o truque que assumi antes que Mariana me denominasse de *boot* – péssimo jogador – foi afirmar a minha vasta experiência no

período da adolescência nos jogos de console *Playstation* 1 e 2. Jogos de aventura, temática de guerra e luta possuíam a mesma lógica de comando. A diferença estava no uso do aparelho. A curiosidade da Mariana e outros jovens da cidade em conhecer mais sobre jogos de console nesse formato parecido com o *Free Fire* me fez ser aceito nos grupos. A maioria das partidas ocorriam a noite após 21h e se expandia até a madrugada, desregularizando as horas de sono. Houve também o truque como esforço de jogar partidas sozinho no horário da manhã para que a noite não fosse hostilizado pela minha paupérrima jogabilidade. Em poucas semanas aprendi como jogar dentro do jogo, e, ao mesmo tempo, jogar jogando com as juventudes, traçando diálogos sobre suas vidas.

Enveredar no jogo me permitiu reaproximar também da Geovana, e realizar outras conversações dentro do jogo com a galera juvenil. Conversas que iam de assuntos fogosos e banais até os mais complexos, como os procedimentos de batismos na facção, os casos de violência simbólica, doméstica e sexual, e suas percepções sobre a violência. Fiz *prints*, gravações de longas partidas e investimento financeiro para se debruçar naquele hodierno universo digital.

O jogo funciona como um truque de pesquisa e metafórico para se perceber rotas de fugas capazes de catalisar os efeitos das violências e expressá-las de outras maneiras. Em que jovens rotulados de sujeito suspeito, marginal e moleque conseguem criar mundos, e entreguerras digitais aniquilar sensações desconfortantes e desmitificar, não de forma totalizante, mas num bálsamo utópico crítico, emancipatório e transformativo, as configurações de alguns estigmas, preconceitos e discriminações que trazem no corpo. A favela se dilui de forma momentânea e oferece um lugar em que aspectos raciais e classistas, de desigualdade e exclusão, de adolescentes faccionados ou não-facionados, se reúnem e causa ressignificação na fala, nos gestos e nos encontros intergrupais ao lutar contra os rótulos do marginal e desviante.

A vida é um jogo em que a atuação reflexiva é não está *miado* – quando um jogador está sem capacete, colete e equipamentos em geral, ou com pouca vida – e sim, atento, prevenido. É indispensável *rushar*! De maneira analógica e ética, o *rushar* – ou *rushadão*, que é atacar rapidamente um inimigo, com velocidade e agressividade – não se limita ao digital, mas estão embricadas, reflete como um senso prático de afirmação insurgente da existência, que deve ser criadoramente vivida. Como uma

arte de transfiguração: “[...] transformar continuamente em luz e flama tudo o que somos, e também tudo o que nos atinge” (NIETZSCHE, 2012, p. 12). Anuncia Mariana, “Temos que viver a vida *tá* querido!”. E como exclama em tom de resistência e ironia Geovana: “Botar a cara no sol!”.

Mas o referido jogo *mobile* não é generalizado e corriqueiro para todas as juventudes, porque não se fecha num nicho específico. Um outro arcabouço de ressignificação é quando se foi abrandando a pandemia com a expansão das campanhas de vacinação coletiva, e o jogo foi ganhando menos afeição e seguidores, e começou a reabrir espaços para outras práticas e agências na Areninha (que reúne a galera de variadas comunidades urbanas e rurais para jogar futebol) e nos primeiros passos de revitalização de atividades artísticas e culturais para crianças e adolescente como política pública municipal de retomada da Escola de Artes CASULO, com início do primeiro semestre de 2022.

Aqui as práticas juvenis e seus aspectos performativos e culturais são concebidos como maneira de agir, falar, sentir e de julgar nas/entre margens. A noção das práticas das juventudes se entrelaça mais pelas formas diversas de atuação e de experimentação, dos fluxos, da presentificação e no vir-a-ser “do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos” (DIÓGENES, 2006, p. 104) que acaba engessando os interlocutores.

A prática envolve esquemas de relação, percepção, avaliação e classificação em que a ação significativa da agência – o “eu” reflexivo e atuante –, e o grupo, entre tempo e espaço, é de interdependência de ação e estrutura, de transformação e da rede. Esta concepção de agência como transformação humana, de criação de novas regras e novos contextos, correlaciona-se com a noção de Bourdieu (2011) da agência como capacidade subjetiva de estruturação do campo (estrutura estruturada (objetiva) na subjetividade dos agentes enquanto luta, poder e conflito). Ressonante Sá (2009, p. 290), o “[...] campo é um modo de produzir pertencimentos sociais múltiplos.”. As práticas no campo das juventudes são holísticas, desafiadoras e homólogas, pois, compartilha do poder e da transformação afirmativa das suas existências nômades e de resistência. E no poder sempre há constante negociação do significado e do sentido da ação, especificamente, nas interações, sociabilidades e relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No âmbito de processos de acumulação social da violência, correlacionada com o fenômeno simultâneo da disseminação da violência, quando se desloca de um Estado para o outro, e de interiorização, em que a deslocalização perfurou e escancarou mazelas em cidades de pequeno porte, tendo como vítima as juventudes negras, periféricas e em condição de vulnerabilidade e risco social, nota-se a fragmentação, silenciamento e a criminalização das práticas juvenis em Palmácia. Seus percursos são fechados quando um dos principais efeitos sociais da violência ecoa no aumento do indicador de homicídios. Ou seja, este processo demarca uma parte das desigualdades e estigmas sociais de uma cidade que não apresentava altos índices de crueldade e violência letal, mas já exibia acumulação social de violências, como conflitos armados para resolver questões de poder entre famílias e disputas locais pela representação política e econômica da região.

Esta ampla discussão apresenta a complexidade das contrafações nas tendências de homicídio no nordeste brasileiro e a transformação geopolítica dos seus indicadores, que coloca à tona uma constante atenção em fortalecer políticas públicas de repressão dos órgãos policiais no Sudeste para resolução de conflitos e combater a ampliação do crime organizado, o tráfico de drogas e armas; e, do outro lado, a precarização da estrutura organizacional da segurança pública e escassas políticas públicas de proteção social nas cidades de pequeno e médio porte do Nordeste, enquanto algumas regiões metropolitanas recebem aguda manutenção de programas de controle social e de gestão da segurança, principalmente em bairros que possuem maior concentração de riqueza e poder político, cultural e econômico. Fortaleza, que mesmo sentindo a forte presença de intervenções tecnológicas em busca de manter a ordem, a revitalização de espaços públicos e programas socioassistenciais, de cultura, de lazer e a promoção da cidadania em bairros periféricos, estas ações ocorrem de maneira tardia e pouco dialógica com agentes comunitários, e, dessa maneira, nutre cada vez mais a segregação.

Quando se desloca esta problemática social para cidades do interior do Ceará, neste caso Palmácia, a imagem reflete o aumento das mortalidades e criminalidades violenta, mormente os homicídios por arma de fogo, que se interconecta com o

período de “pacificação” entre as facções em 2016 e a quebra da paz no ano de 2017, abrangendo o número de crimes violentos letais.

Há uma migração da violência homicida e de práticas violentas que se correlaciona com diversos fatores, e se solidifica e edifica-se com acumulação social de violências, na esfera urbana e rural, dentre eles:

- 1) a formação sócio-histórica no que refere aos conflitos agrários, presença de jagunços ou capangas e a construção de bolsões de pobreza nas margens da cidade, instituídos por escravizados fugitivos, negros recém-libertos, grupos de sertanejos, camponeses e algumas etnias indígenas;
- 2) brigas e rixas entre grupos ou gangues rivais nos anos 2000;
- 3) a desvalorização de políticas públicas artísticas e culturais para promoção da igualdade, da cidade e dos direitos humanos para crianças e adolescentes;
- 4) a deficiência e precarização de políticas públicas de segurança pública e proteção social de cunho intersetorial e contextual, em que se opta-se em ações ostensivas e poucas investigativas, que acaba levando, de maneira emblemática, de tendências ao autoritarismo;
- 5) as descrenças nas instituições de justiça e proteção social e de resolução de conflitos;
- 6) a expansão e instalação de organizações criminosas para regiões urbanas e rurais a partir de 2016, em destaque o Comando Vermelho (CV) e os Guardiões do Estado (GDE), nas quais os aparatos da justiça e operações policiais não têm o mesmo poder de combate e disputas territoriais, e que através de suas disputas violentas traçou outras roupagens de sociabilidades e interações;
- 7) das dinâmicas do mercado de bens lícitos e ilícitos;
- 8) grandes assaltos em agências bancárias e de correios;
- 9) e os constantes casos de negligência e impunidade em relação aos eventos de racismo e violência doméstica e sexual contra mulheres, crianças e adolescentes.

Os fatores demonstram a intensificação do medo, das sensações de insegurança e do pavor que altera todas as dinâmicas sociais, em que o principal alvo

são as juventudes, e que se intersecciona com pretos e pardos, desassistidos de serviços socioassistenciais, baixa escolaridade e moradores de favelas: o Pinga (a Rua da Paz), Rua da Palha (Rua São Francisco, Conjunto São João e Beira Sol), o Caneco Amassado (Vinte e Oito de Agosto), Conjunto José Aristides e o distrito Grande Basílio.

Esta configuração ressoa na alteração das sociabilidades juvenis, que dar lugar a socialização em contextos de violências. Cria-se novas formas de ser e de lidar com a vida. Características que se expressam no corpo, na fala, na vestimenta, nos estilos musicais, nos objetos, nos gestos. De marcar, exibir e afirmar territórios das suas identidades através de práticas nômades, rebeldes e antropofágicas. Identidades agora estabelecidas pela atuação criminal, pelo armamento e sistema e códigos de conduta, acomodando uma áspera impressão de paz, autoridade e controle sobre outras vidas.

Os percursos das juventudes que antes pareciam ser uma sinfonia polimórfica permeada de conflitualidades nas ruas e becos, apresentada e contrastada, ritualisticamente nas praças, primeiramente, na Praça Padre Perdigão Sampaio, e posteriormente na Praça 7 de Setembro, hoje em dia é constituída por valores e lógicas de vida que se faz no respeito mútuo as hierarquias entre os membros da facção, as tramas de morte, a crueldade nas resoluções de conflitos e o autoritarismo. E, também, discursos de ódio e discriminatório que causam a rotulação daqueles que não se enquadram nas normas da sociedade. E mesmo não sendo batizado ou capturado pela criminalidade, o fato de ser morador da favela, negro, ter tatuagem, gostar de funk, *reggae*, *hip-hop* e usar brincos na orelha, suas práticas o rotulam como um sujeito suspeito. Torna-se desviante, marginal e delinquente.

O discurso que racializa os corpos das juventudes se encontram em variados lugares da cidade, e sempre tem o desejo de segregar, estigmatizar e coisificar, para assegurar suas moralidades punitivas como excepcionais elementos verdadeiros que deve conservar a ordem social vigente e reger a vida política e cotidiana. Esta postura arquiteta uma cena social preconceituosa e discriminatória, pois encobre os elementos constitutivos das juventudes e suas subjetividades, das visões de mundo e performantes.

Para desviar-se dessa mortificação da existência, que afeta negros e negras, e de tal modo, garantir que suas vozes sejam escutadas, a galera juvenil se instala e experimenta jogabilidades no orbe das relações sociais digitais, neste caso, *Free Fire*, para se reinventar dentro e diante de rede em redes. E, assim, fugir da realidade violenta. De perceber rotas de fugas capazes de catalisar os efeitos das violências, expressando-as de outros jeitos. De (re)criar entremundos e entreguerras. De processos de escrita de si com base em práticas reflexivas e transformativas sobre a realidade vivenciada. De sacar o “malabarismo que permeia a vida juvenil”, e que nesse itinerário etnográfico das juventudes nota-se que suas práticas são formas de sociabilidade da resistência e não violenta. Das práticas, da subjetividade e dos aspectos performativos e culturais das juventudes de Palmácia há uma outra roupagem que adota configurações de pertencimento, resiliência e resistência frente às problemáticas da violência em contextos de desigualdades e exclusões sociais. Em linhas gerais, de incremento de experiências criativas, que emergem de vivências de ruas, becos e vielas.

Assim foi costurado os três capítulos da dissertação que são percursos tomados com as juventudes, no sentido polifônico e da pluralidade nas ruas, nos becos e nas vielas com barro, pedregulho e asfalto. As juventudes não são informantes e, exclusivamente, narradores de pesquisa. Mas interlocutores atuantes e reflexivos nos processos de escrita, que se encontram na junção do *eu*, *mim* e no *outro*. Ao escrever com a galera juvenil emerge uma artesanaria, fazendo-me navegar, paulatinamente, como a juventude, e das maneiras como a violência os afetam, atravessando-nos em múltiplas dimensões. E da maneira como esse processo de afetação faz brotar uma proposta de pesquisa e perante uma problemática social que modifica a economia, as relações sociais, a política e a cultura da cidade.

O intuito é mobilizar esboços de uma escrita despida, bordada na prática, de matriz sociológica e antropológica, em que o *eu* corpo se entrelaça nesse processo. É diante dessa realidade que o corpo, segundo Nietzsche, “[...] fonte de todas as interpretações que, inversamente, revelam o estado do corpo interpretante” (WOTLING, 2011, 27)⁹ – se encontra em constante metamorfose, reinventando-se como processo de escrita de si, já refletida por Michel Foucault. Já dizia Gloria

⁹ WOTLING, Patrick. **Vocabulário de Nietzsche**. São Paulo: WMF Fontes, 2011.

Anzaldúa (2015): “[...] writing is a gesture of the body, a gesture of creativity, a working from the inside out” [escrever é um gesto do corpo, um gesto de criatividade, um trabalho de dentro para fora]. Ler o universo das ocorrências e escrevê-las deverá emergir das entranhas, rasgar o céu daquilo que seria evidente ou irrelevante. Mostrar impulsos de inquietação, petulância e astúcia como vontade de potência e destreza sociológica e antropológica que teria como meta a capacidade de descortinar os mistérios do mundo; e de ficar atento aos ruídos (BARTHES, 1984, p. 30) que regem as juventudes como vitrines sociais.

Esse processo de escrita também remete as passagens que Calvino (1990) lança entre a leveza (uma constante procura de uma “maneira” e estilo de apresentar um fenômeno em questão observada) e o peso (a dureza que nos reconduz a construirmos cenas e cenários interpretativos e discursivos). Entre leveza e peso, sangue e corpo, é pertinente destrinchar o mosaico que são as juventudes: um tear de conflitualidades em contexto de violência, tanto como uma zona de novas experiências sociais e também de flagelo de suas vidas.

Com olhar microscópico para pensar o local, as questões microestruturais, da particularidade, da subjetividade, da individualidade, e telescópio que é universalizar as ocorrências, desse modo, entender que algumas lacunas não se fecham, que a pluralidade das juventudes se (re)constrói como telas inquietantes de si, dentro de estéticas e ética divergente e insurgente. Como enfatiza Diógenes (2006, p. 114), de “cria novos marcos, desfaz linhas costumeiras de segmentações”, em que as ruas, os becos e as vielas são pontos de vista da sua agência, das cosmovisões e suas formas de vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernandes (org). **Culturas jovens: novos mapas de afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zaahar Ed., 2006.
- AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer cidade: o antropólogo, a margem e o centro**. Rio de Janeiro: Maná, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- ANTUNES, Camila Sissa. Antropologia de Afetos: sobre flores, curvas e cores da experiência de campo. **Cadernos NAUI**, Vol. 4, n. 6, jan-jun, p. 1-19. 2015
- ANZALDÚA, Gloria. **Light in the dark/Luz en lo oscuro: Rewriting identity, spirituality, reality**. Duke University Press, 2015, Chapter 6.
- AQUINO, J. P. D. Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, p. 184-210-210, 2015.
- AQUINO, J. P. D. Redes e Conexões Parciais nos Assaltos contra Instituições Financeiras. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 76-100, 2010.
- AQUINO, J. P. D.; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **BIB**, São Paulo, n. 84, p. 107-147, 2018.
- BAIERL, L.F. Medo social: dilemas cotidianos. **Ponto-e-vírgula (PUCSP)**, v. 3, p. 138-151, 2008.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1984.
- BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**, UnB. (Impresso), v. 30, p. 55-74, 2015.
- BARREIRA, César. Matadores de Aluguel: códigos e mediações. Na Rota de uma Pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 37, p. 41-52, 2006.
- BARREIRA, César. Ceará: O que dizem e o que omitem os dados. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 12, p. 33-35, 2019.
- BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 1, n. 1, Jan./Jul., p., 2013.
- BARREIRA, César; BATISTA, Élcio. Violência e conflito social. In: BARREIRA, C.; BATISTA, J. É. (org.). **(In)Segurança Pública e Sociedade: treze lições**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. v. 1. p. 19-52. 2011.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A cidade e o medo. BARREIRA, C.; BATISTA, J. É. (org.). **(In)Segurança Pública e Sociedade: treze lições**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. v. 1. p. 87-104. 2011.
- BARROS, J. P. P.; ALENCAR, F. A. B.; SILVA, D. B. da. Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 12 n. 1, p.23-36, 2021.
- BATISTA, Mônica de Lourdes Souza; QUINTÃO, Patrícia Lima; LIMA, Sérgio Muinhos Barroso. Um Estudo sobre a Influência dos Jogos Eletrônicos sobre os

Usuários. **Um Estudo sobre a Influência dos Jogos Eletrônicos sobre os Usuários**, [S./], p. 1-11, 1 jun. 2008.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galera e o movimento hip-hop**. 1998. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 1998.

DIÓGENES, Glória. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. **Estudos Avançados**, 34, (99). p. 373-389, 2020.

DIÓGENES, Glória. Enigmas do medo – juventude, afeto e violência. In: Juarez Dayrell, Maria Ignez Costa Moreira, Márcia Stengel (org.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (4.:2010.: Belo Horizonte, MG) S612j. Belo Horizonte: Ed. PUC - Minas, 2011. p. 209-228, 2011.

DIÓGENES, Glória. Juventude, cultura e violência. In.: BARREIRA, C.; BATISTA, J. É. (org.). **(In)Segurança Pública e Sociedade: treze lições**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. v. 1. p. 69-68, 2011.

DIÓGENES, Glória. Juventudes, Violência e Políticas Públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais Sociais / SESC**, Departamento Nacional - Vol. 1, n. 1 (maio/ago. 2006). Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, p. 102-127. 2006.

DIÓGENES, Glória. Inscrições sobre o corpo: violência e mitologia. In: BARREIRA, César; JR. PORDEUS, Ismael. (org.). **Cultura, Narração e Identidade**. São Paulo: Terceira Margem, p. 91-108, 2000.

DIÓGENES, Glória. Uma antropologia dos lugares e afetos. **Iluminuras**, Porto Alegre. v. 12, n. 28, jul./dez., p. 41-70, jul./dez. 2011.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e Segurança Pública: dissonâncias e ressonâncias. In.: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, p. 139-161. 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALEIROS, V. de P. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. **SER Social**, n. 2, 14 ago., p. 37-56, 2009.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2017. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FERNANDES, Maria Esther. **Vivências de Campo: o ofício do pesquisador**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HOLANDA, Júnior. **Da Serra das Palmares à criação do município de Palmácia**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Palmácia: Panorama. Brasília: IBGE/ Governo Federal, 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/palmacia/panorama>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria Social**. Vinte lições introdutórias. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

LAVOR FILHO, T. L.; BARBOSA, V. N. M.; SEGUNDO, D. S. de A.; MOURA JR., J. F.; JANNUZZI, P. de M.; LIMA, R. S. de. Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 38, p. 223-237, 2018.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LIMA, R. S.; JANNUZZI, P.; MOURA JR., J. F.; SEGUNDO, D. S. de A. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, Revista CESOP, Campinas, vol. 26, nº 1, jan.-abr., p. 34-65, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2009. "Etnografia como prática e experiência". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MAGNANI, Guilherme e SOUZA, Bruna (org.). **Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2009. "Etnografia urbana". In.: **FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (org.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, p. 101-113, 2009.

MAGNANI, J. G. C.; AQUINO, J. P. D. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa... que se pode usar de qualquer maneira. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 43, p. 52-66, 2012.

MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

MARQUES, T. S. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras** – Geografia, 1 Série, Vol. XIX, Porto, p. 507-521, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia de pesquisa qualitativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, maio/ago., p.289-300. 2014.

MARQUES, A. C. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MENEZES, F. R. S. Dobras do percurso criativo. **Batuko**: Revista Cadernos de Arte e Cultura da Unilab. Arte, Cultura e Linguagens corporais e visuais – Corpolítica, Redenção-CE. Ano I, V. 3, novembro/2020, p. 46-54. 2020.

MISSE, Michel. A sujeição criminal. *In.*: **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado (Ciências Humanas: Sociologia). Rio de Janeiro: IUPERJ. 1999.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, (79), p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, set./dez., p. 371-385, 2008.

MORTENSEN, C. D.; BARNLUND, D. C. A natureza do interacionismo simbólico. *In*: **Teorias da comunicação**: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 119-137.

MUNIZ, José Hermínio. **Retalhos D’alma**. Curitiba: Prottexto, 2010.

MUNIZ, José Hermínio. **Caminhos Meus**. Fortaleza: Gráfica Irmãos Tabosa Ltda, 1999.

MUNIZ, José Hermínio. **Contos do Dia a Dia**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2002.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade** (M. Lança, trad.). Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

MBEMBE, A. Requié para o Escravo. *In*: **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014. p. 223-254.

MBEMBE, A. “Necropolítica”. **Arte & Ensaios** | revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32, dezembro 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIBEST, Robert A. A Sociologia como obra de arte. **Plural**. Sociologia, USP, São Paulo, 1º sem., (7), p. 111-130, 2000.

NSOESIE, E. O.; NETO, A. S.; JAY, J. WANG, H. ZINSZER, K.; SAHA, S.; MAHARANA, A.; MARINHO, F.; FILHO, A. M. S. (2020) Mapping disparities in homicide trends across Brazil: 2000–2014. **Injury Epidemiology** (2020).

PAIVA, L. F. S. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr. 2019.

PAIVA, L. F. S. Dinâmicas das violências em tempos de facções criminosas no Ceará. **Relatório Cada Vida Importa**. Fortaleza, Ceará. 2017.2, p. 23-26, 2017.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), p. 139-165. 1990.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: Maria Isabel Mendes de Almeida, Fernanda Eugenio (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 7-21, 2006.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência: do Conceito às Representações Sociais**. Brasília: Verban Editoria, 2010.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014.

PINHEIRO, E. M. Adolescentes em conflito com a lei: anjos caídos ou liberdades roubadas? **XIII Encontro Brasileiro sobre o pensamento de D. W. Winicott – “O Gesto Espontâneo”**. Fortaleza, Ceará. 2018.

PONTES, Cleto Brasileiro. Violência, transtorno e saúde mental. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (org.). **(In)Segurança Pública e Sociedade: treze lições**. Campinas, SP: Pontes Editores. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011. p. 69-86, 2011.

REBOUÇAS JR, F. G.; XIMENES, V. M. (2010). Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. In.: *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, n 5, v 2, p.151-162, 2010.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. das G. C.; REIS, J. N. dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, mar.-abr., 20(2), p. 456-464, 2004.

RODRIGUES, F. de J., SILVA, A. R. B. da, & SANTOS, A. B. Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas. **Diversitas Journal**, 5(3), 2297-2316. 2020.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma Sociologia da Juventude – releituras contemporâneas. **Política & Sociedade**. Nº 8 – abril, p. 31-58, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 3-12, 2004.

SARAMAGO, José. **O Conto da Ilha Desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SARASON, S. B. **The psychological sense of community**: prospects for a community psychology. San Francisco (EUA): Jossey Bass, 1974.

SÁ, Leonardo. Cultura, violência e subjetividade. In: BARREIRA, C.; BATISTA, J. É. (Orgs.). **(in)Segurança Pública e Sociedade**: treze lições. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, v. 1. p. 105-120, 2011.

SÁ, Leonardo. **Guerra, Mundão e Consideração**. Uma Etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. 2010. 283 p. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2010.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In.: Mendonça Filho, M. e Nobre M. T. (org.). **Política e afetividade**. Salvador: São Cristóvão: EDUFBA: EDUFS, p., 2009.

SILVA, L. A. M. da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, jan./jun., p. 53-84, 2004.

SILVA, A. M. P.; MELLO, I. M. GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de (org.). Educação Contemporânea – Artes – Ludicidade. In.: Metamorfose do sujeito na escola de artes casulo: A vida como atividade criadora. **Educação Contemporânea**. Belo Horizonte, MG: Poisson, 2021, p. 52-60.

SILVA, Vanderlan. **Exclusão e Violência Letal**: interiorização da violência homicida no Brasil. Revista de Ciências Sociais, nº 42, jan./Jun. de 2015, p. 255-268. ISSN 1517-5901.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violência no Brasil: padrões sociais de uma democracia periférica. In: BARREIRA, César; JR. PORDEUS, Ismael. (org.). **Cultura, Narração e Identidade**. São Paulo: Terceira Margem, p. 13-27, 2000.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe** – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 11, p. 1-13, 2012.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à fragmentação de uma intelligentsia na transição democrática. **Contemporânea**, n. 1, p. 147-178, 2011.

VASCONCELOS, F. T. R., Pontes da SILVA, A. M., & Trajano LOPES, J. (2022). Desafios para a segurança pública no Maciço de Baturité – Ceará: mortalidade violenta e insegurança no "Território Unilab". **Revista Brasileira De Segurança Pública**, 16(3). São Paulo v. 16, n. 3, p. 290-313, ago/set 2022.

WASELFISZ JJ. Mapa da violência 2012. UNESCO Brasil; 2012.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336 p.

WILKER, Guilherme Freitas. **Os pássaros preferem a liberdade**. Sobre risos, sorrisos, amores, deres e tu. Bento Gonsalves, RS: Voe, 2020.

XIMENES, V. M.; MOURA JR., J. F. Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: Jáder

Ferreira Leite; Magda Dimenstein. (org.). **Psicologia e Contextos Rurais**. 1ed. Natal: EDUFRN, 2013, v. 1, p. 453-476.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 24 – n. 3, p. 563-578, Set./Dez. 2012.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZILLI, L. F. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**: Revista do Centro em rede de investigação em Antropologia, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.